

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2015/2016



TII

**A REPARTIÇÃO DE OPERAÇÕES DO QUARTEL-GENERAL E O
DESEMPENHO OPERACIONAL DO CORPO EXPEDICIONÁRIO
PORTUGUÊS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Sérgio Manuel Oliveira da Rocha
MAJOR ARTILHARIA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A REPARTIÇÃO DE OPERAÇÕES DO QUARTEL-
GENERAL E O DESEMPENHO OPERACIONAL DO
CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS**

MAJOR ARTILHARIA Sérgio Manuel Oliveira da Rocha

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2015/2016

Pedrouços 2016



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A REPARTIÇÃO DE OPERAÇÕES DO QUARTEL-
GENERAL E O DESEMPENHO OPERACIONAL DO
CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS**

MAJOR ARTILHARIA Sérgio Manuel Oliveira da Rocha

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2015/2016

Orientador: TCOR ENG Leonel José Mendes Martins

Pedrouços 2016



Declaração de compromisso Anti Plágio

Eu, **Sérgio Manuel Oliveira da Rocha**, declaro por minha honra que o documento intitulado **A Repartição de Operações do Quartel-General e o desempenho operacional do Corpo Expedicionário Português**, corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CEMC 2016** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **14 de junho de 2016**

Sérgio Manuel Oliveira da Rocha



Agradecimentos

As minhas primeiras palavras vão para o orientador deste trabalho, Tenente-Coronel Leonel Martins, pela sua orientação inicial, focalizando a pesquisa no essencial, e ainda pelas suas intervenções ao longo do processo que, nos momentos certos, me guiou pelo melhor caminho sem, no entanto, perturbar o normal desenrolar da investigação.

Ao Coronel Correia Neves, Chefe de Gabinete do Comandante do IUM, pela orientação adicional, evidenciando diferentes perspectivas de abordagem, nomeadamente acerca da eventual intencionalidade britânica na criação de salientes, orientação que apelou à minha análise crítica das fontes.

Ao Tenente-Coronel Björn Taube, Adido de Defesa na Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa, pelas diligencias que efetuou junto do Instituto de História Militar em Potsdam e pela sugestão do livro, de David T. Zabecki, intitulado “*The German Offensives 1918. A case study in the operational level of war*”.

Uma palavra de apreço ao Maj Afonso, pela revisão integral do trabalho que efetuou, num curto espaço de tempo, e pelas suas sugestões que me ajudaram na redação e organização do trabalho.

Ao Maj Cavaleiro, por todo o apoio prestado e pelos comentários objetivos, que em muito contribuíram para aclarar diversos aspetos do trabalho.

Aos meus pais e sogros que, em momento algum, me negaram apoio e ainda pelo seu incansável suporte “de bastidores” que, de alguma forma, compensaram a minha ausência prolongada, assumindo muitas vezes responsabilidades que eram minhas.

Ao Pedro pela sua simplicidade e alegria, próprias da idade, que sem o saber me davam ânimo para seguir em frente nesta longa jornada.

Finalmente, e não menos importante, à Sofia pelo seu apoio incondicional e presença, apesar do meu afastamento físico.



Índice

Introdução	1
1. Metodologia	5
1.1. Revisão da literatura	5
1.2. Base conceptual	7
1.3. Percurso metodológico	8
2. O Corpo Expedicionário Português	10
2.1. Entrada na guerra	10
2.2. A força portuguesa.....	15
2.3. O QG do CEP e a repartição de operações	21
2.4. Síntese conclusiva.....	23
3. A frente e a Repartição de Operações.....	25
3.1. Dipositivo português.....	25
3.2. A repartição até à batalha do Lys	33
3.3. A repartição na batalha do Lys	38
3.4. A repartição após a batalha do Lys.....	41
3.5. Síntese conclusiva.....	44
Conclusões.....	45
Fontes Impressas	51
Fontes Manuscritas	53
Bibliografia.....	53

Índice de Anexos

Anexo A — <i>Memorandum</i> entre o governo português e britânico	Anx A-1
---	---------

Índice de Apêndices

Apêndice A — Material do Arquivo Histórico Militar consultado e analisado....	Apd A-1
Apêndice B — Dados do QG do CEP.....	Apd B-1
Apêndice C — Simbologia tática.....	Apd C-1



Índice de Figuras

Figura 1 - Objetivos da investigação	3
Figura 1 - Percurso metodológico	9
Figura 2 - I Exército britânico	13
Figura 3 - Força inicial acordada	16
Figura 4 - Organização inicial das divisões portuguesas	17
Figura 5 - Estrutura orgânica do Corpo Expedicionário Português	18
Figura 6 - Corpo britânico	19
Figura 7 - Organização para combate	20
Figura 8 - Composição do Quartel-General do Corpo Expedicionário Português	22
Figura 9 - Linha de defesa	26
Figura 10 - Linha cronológica	28
Figura 11 - Setor português no 9 de abril	32
Figura 12 - Setor do Corpo Expedicionário Português	37
Figura 13 - Contenção do avanço alemão	40
Figura 14 - Retração das forças	42
Figura 16 - Construção de símbolos táticos	Apd C-1

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Operações com forças portuguesas	34
Tabela 2 - Material consultado e analisado	Apd A-1
Tabela 3 – Quartel-General do Corpo Expedicionário Português	Apd B-1
Tabela 4 - Comando e Estado-Maior do Quartel-General do Corpo Expedicionário Português	Apd B-1
Tabela 5 – Chefes de Repartição do Quartel-General do Corpo Expedicionário Português	Apd B-2
Tabela 6 - Composição do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português	Apd B-3



Resumo

A Repartição de Operações do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português foi responsável pela coordenação das tropas portuguesas na frente ocidental e pela integração da força no dispositivo britânico. Elaborou o plano de defesa do setor atribuído e emitiu uma série de ordens para gerir as operações correntes.

Com este trabalho pretendeu-se compreender a atividade desta repartição e o respetivo impacto no desempenho operacional do Corpo. Foram identificados os fatores que marcaram a beligerância portuguesa, que mais influência tiveram na repartição e no desempenho do Corpo, avaliado o impacto da estrutura da força e do seu Estado-Maior, identificados os fatores mais relevantes do setor atribuído e do seu dispositivo com impacto no desempenho e ainda determinado o papel da repartição durante a condução das operações.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, foi analisado um conjunto de fontes, fundamentalmente do Arquivo Histórico Militar e da Biblioteca do Exército, para recolha de informação, e bibliografia nacional e estrangeira acerca do tema.

Concluimos que a repartição contribuiu para o normal desempenho do CEP, não tendo sido identificados erros cometidos pela mesma com impacto negativo na prestação da força.

Palavras-chave

Grande Guerra, Corpo Expedicionário Português, Repartição de Operações, Desempenho Operacional.



Abstract

The Operations Division of the General Staff of the Portuguese Expeditionary Corps was responsible for coordinating the Portuguese troops on the western front and for the integration of the force in British defense system. It prepared the defense plan for the assigned sector, and issued several orders to manage current operations.

This work was intended to understand the activity of this division and its impact on the operational performance of CEP. Were identified the factors that marked the Portuguese belligerence which more influence had in the Operations Division and CEP's performance, assessed the impact of the force structure and its staff, identified the most important factors of the assigned sector and its force structure with impact on performance and also determined the role of the operations division during the operations.

In order to achieve the proposed goals, we studied a number of sources, mainly from the Military Historical Archives and the Library of the Army for information collection, and also from national and foreign literature on the subject.

We conclude that the operations division contributed to the normal performance of the CEP, and didn't identify errors committed by it with negative impact on the force performance.

Keywords

Great War, Portuguese Expeditionary Corps, Operations Division, Operational Performance.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AHM	Arquivo Histórico Militar
CEM	Chefe do Estado-Maior
CEP	Corpo Expedicionário Português
CMD	Comando
DIV	Divisão
EM	Estado-Maior
EUA	Estados Unidos da América
GBR	Britânica
GG	Grande Guerra
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IUM	Instituto Universitário Militar
MMB	Missão Militar Britânica
PRT	Portugal
QG	Quartel-General
RO	Repartição de Operações
TO	Teatro de Operações



Introdução

Na Grande Guerra (GG) foram introduzidas algumas inovações tecnológicas (utilização da metralhadora e do carro de combate, melhoramentos nos sistemas de comunicação, emprego de gases tóxicos, aviação militar, etc.) que tiveram um impacto direto na implementação de novas formas de fazer a guerra. Neste contexto, os Quartéis-Generais (QG) sentiram necessidade de adaptar a forma de emprego da força para fazer face aos novos desafios.

Portugal acaba por tomar parte na beligerância, ao lado dos britânicos, tendo dado início ao processo de preparação de uma força para o efeito. Em 22 de julho de 1916, em Tancos, é constituído o Corpo Expedicionário Português (CEP) formado por 30 mil homens (Amaral, 2008). A sua organização e composição viriam a sofrer algumas alterações. A força que embarcou rumo a França era de escalão divisão reforçada e contava com meios adicionais de metralhadoras, artilharia e morteiros, para fazer face à nova dinâmica da guerra (guerra de trincheiras, preponderância do fogo em detrimento do movimento). Já em França, e por sugestão do Chefe da Missão Militar Britânica (MMB) junto do QG do CEP, a força sofreu nova reestruturação. O CEP passava de uma força de escalão divisão reforçada para corpo de exército (Salvado, 2014, p.40). Passou a ser composta por um QG de corpo, dois QG de divisão e duas divisões a três brigadas, cada uma das brigadas a quatro batalhões de infantaria, perfazendo um total de 56 320 homens (Salvado, 2014, p.40-52).

É sobre o QG do CEP, particularmente sobre a Repartição de Operações (RO), que esta investigação se focaliza. Pretendemos compreender o papel desta repartição no desempenho operacional do CEP e identificar aspetos que terão contribuído para o desenrolar dos acontecimentos, que marcaram a participação portuguesa na GG, na frente ocidental.

O tema reveste-se de especial importância para todos os investigadores desta área do conhecimento em História, em particular aos dedicados à discussão e estudo da participação portuguesa na GG, nomeadamente na frente ocidental europeia. Será também relevante para todos os alunos do Instituto Universitário Militar (IUM), constituindo-se numa base de suporte para outros estudos académicos, de maior ou menor profundidade, relacionados com a influência dos QG e o desempenho operacional das forças (de forma genérica) e relacionados ainda com o papel dos QG num Teatro de Operações¹ (TO) da GG.

¹ À época designado por Teatro de Guerra ou “*Front*”.



Este trabalho constitui um contributo relevante no âmbito dos estudos sobre a participação portuguesa na GG, explanando o desempenho do CEP, e abrindo caminho para novas linhas de investigação, relacionadas com as unidades que compuseram o contingente português, com os seus Estados-Maiores e os seus papéis nesta guerra.

O objeto desta investigação é a RO do QG do CEP, no impacto da sua atuação no desempenho operacional desta força, na frente ocidental, durante a GG. A análise foi delimitada temporalmente ao período correspondente à participação portuguesa na frente ocidental europeia, em concreto entre a preparação das forças na Flandres até ao final da GG. Não será, portanto, contemplada a fase de preparação em Portugal. Geograficamente foi delimitada à frente ocidental, em particular ao setor atribuído a Portugal.

A RO foi responsável pelo planeamento e coordenação de toda a atividade operacional do CEP e pela integração deste no dispositivo das forças britânicas. Pretende-se compreender o reflexo da atuação desta repartição durante a participação portuguesa neste TO. Esta investigação tem como objetivo geral compreender a atividade da RO do QG e o respetivo impacto no desempenho operacional do CEP, durante a sua permanência no TO ocidental. Com o intuito de proceder a uma análise mais aprofundada do objetivo geral, foram considerados os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar o impacto da estrutura do CEP, as suas unidades de manobra e órgãos de comando, no seu desempenho;
- Compreender o impacto dos fatores mais relevantes, do setor e dispositivo, no desempenho da força e da RO;
- Compreender o papel da RO durante a condução das operações.

Assim, para efeitos de orientação da nossa investigação, consideramos como problema central o seguinte: “Qual o impacto da atuação da RO do CEP, no desempenho operacional da força, durante a participação militar portuguesa no Teatro de Operações ocidental?”. Por forma a operacionalizar a recolha de dados serão tidas em conta as seguintes questões de investigação:

- Em que medida é que a estrutura orgânica da força influenciou o seu desempenho?
- De que forma é que as particularidades do setor português influenciaram a RO e o desempenho operacional do CEP?
- De que forma atuou a RO durante a sua permanência na Flandres?

A Figura 1 relaciona os objetivos definidos com as questões de investigação.

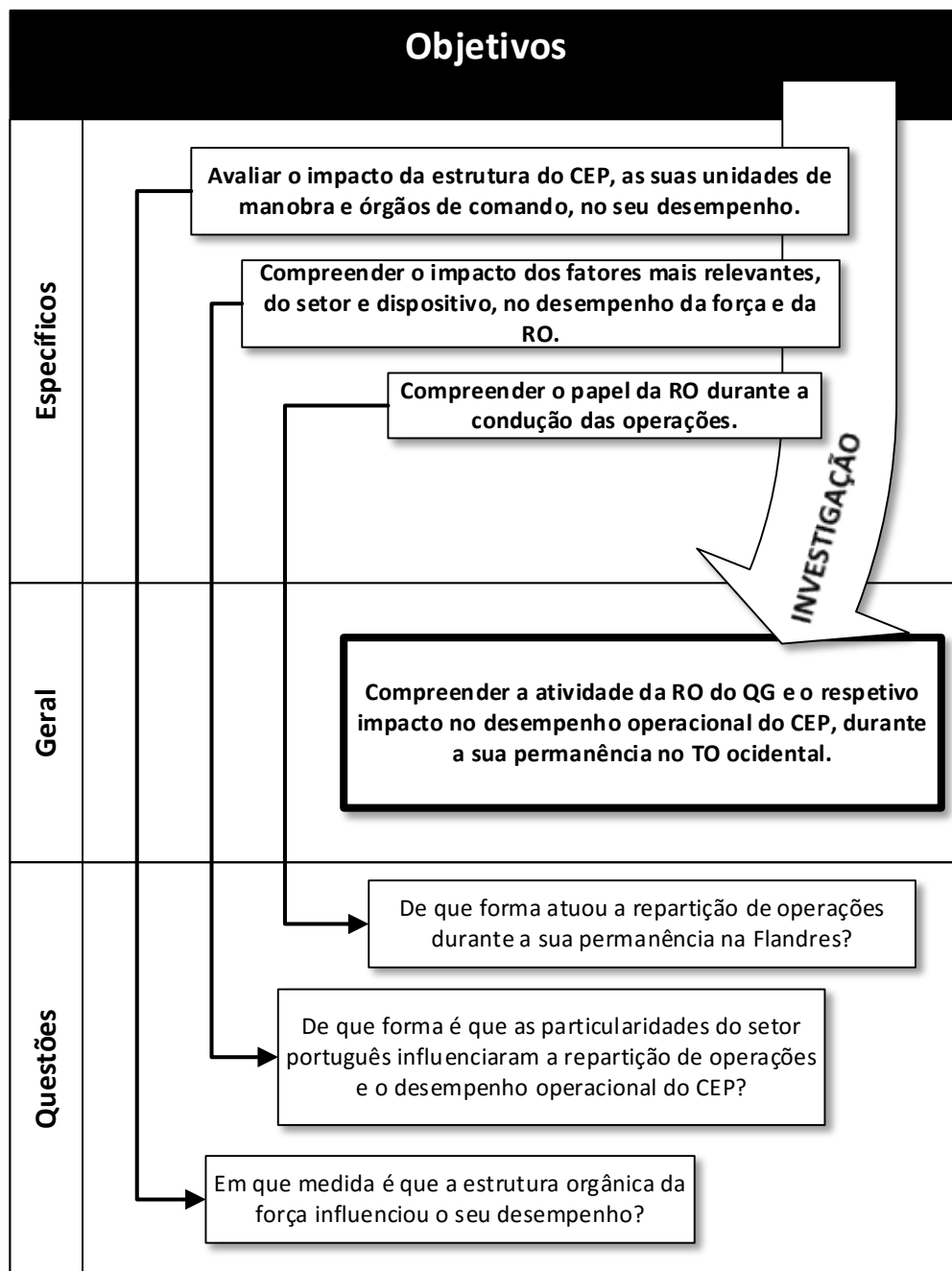


Figura 1 - Objetivos da investigação

Fonte: Autor

A metodologia implementada foi a sugerida pelo Gabinete de História Militar do IUM, inspirada genericamente por A. Silva Rego². Consiste fundamentalmente na definição de um objetivo geral que, à medida que se vai desenrolando a investigação, serve de suporte ao

² Rego, A. S., 1963. Lições de Metodologia e Crítica Históricas. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar- Centro de Estudos Políticos e Sociais.



questionamento das fontes. Segue-se a heurística, reunindo os materiais de apoio, e a análise do material recolhido para a definição posterior dos objetivos específicos.

Particularmente neste trabalho, começamos pela definição do problema, posteriormente seleção das fontes e bibliografia, seguida da respetiva recolha de dados. Seguiu-se a análise e crítica das fontes, a síntese e a elaboração das conclusões, culminando o processo com a redação do texto.

O trabalho está organizado, para além da introdução e das conclusões, em três capítulos. No primeiro, centrado na metodologia, é feita uma revisão da literatura, onde são identificados os estudos e fontes mais relevantes, que servem de sustentação para a condução desta investigação. Estes estudos caracterizam a época e analisam várias dimensões da GG, salientando-se em particular, e com interesse direto para esta investigação, referências ao CEP, ao seu Estado-Maior (EM) e às suas unidades orgânicas. Após a revisão da literatura caracterizamos a base conceptual do trabalho e apresentamos o processo metodológico, utilizado na condução desta investigação. No segundo capítulo foi elaborado um enquadramento geral da conjuntura da época, descrevendo o percurso seguido por Portugal até à sua entrada na GG. Foram identificados os aspetos que poderão ter tido influência na atuação da força e, em particular, da RO do EM do CEP. Foi ainda analisada a estrutura das forças que constituíram o corpo de exército, particularizando a organização do QG do CEP e da RO. O objetivo foi avaliar o impacto da sua organização no desempenho da força como um todo. No terceiro capítulo, foram caracterizados os aspetos físicos da região do Lys e a organização do dispositivo defensivo, evidenciando os aspetos mais relevantes com influência no desempenho da força e da RO. Posteriormente foram descritas as operações conduzidas pelas forças portuguesas, com o intuito de identificar o papel da RO do CEP, durante a condução das mesmas.



1. Metodologia

1.1. Revisão da literatura

O tema do trabalho integra-se no âmbito das Ciências Militares que, de acordo com o preconizado pelo IESM (2015), consiste num corpo organizado e sistematizado de conhecimentos que abrangem diversas disciplinas e que dizem respeito ao emprego de capacidades militares. Em concreto, insere-se no domínio 1 “Elementos Nucleares”, na área de investigação 1.1 “Estudo das Crises e dos Conflitos Armados” na subárea “História Militar” (IESM, 2015, p.B-1). Este trabalho está inscrito no Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM, no âmbito do projeto "A conjuntura internacional e as consequências da participação militar portuguesa na Primeira Guerra Mundial".

Têm sido conduzidas diversas investigações em Portugal que abordam este período da História. No caso particular da História Militar têm sido relevantes os estudos elaborados no âmbito do projeto acima referido. Os temas abrangem o estudo do impacto da GG no pensamento militar português, onde se caracteriza o seu instrumento militar, se analisam as principais alterações verificadas, para depois comprovar que de facto este período teve um impacto substancial neste domínio (Martinho, 2014, pp.38–44). Foi também estudado o emprego das forças terrestres, e a forma como o treino foi conduzido, concluindo-se que a experiência dos combates ocorridos durante a GG e as inovações tecnológicas, que tiveram lugar neste período, marcaram a doutrina de emprego das forças (Ferreira, 2014, p.41). O Serviço de EM do exército português foi também alvo de estudo, resultando numa caracterização detalhada da sua composição e na constatação de que desempenhou um papel fundamental no período da GG (Ribeiro, 2014, p.42).

Foi também relevante o projeto desenvolvido em 2003, sob a direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, que resultou na publicação da obra “Nova História Militar de Portugal”, composta por cinco volumes. Os volumes quatro e cinco reúnem informação pertinente acerca do CEP. O volume quatro aborda a inovação tecnológica que se verificou nesse período e o volume cinco descreve a instrução das tropas portuguesas, o seu envio para França e o quotidiano na frente.

Alguns trabalhos focalizam-se inclusivamente em unidades participantes na GG, como foi o caso do CEP, e mesmo em militares que as comandaram. Esta abordagem incluiu o estudo da génese da unidade até ao seu envio para França, tecendo conclusões acerca da estratégia militar portuguesa de geração de forças, durante este período (Salvado, 2014). Inclui ainda a análise das memórias do General Tamagnini, um dos comandantes do CEP,



expondo a visão do General sobre esta unidade, a divisão de instrução e a 5ª Divisão (Marques, 2004).

É ainda de salientar um trabalho, de âmbito mais alargado, direcionado para a análise do impacto, na sociedade portuguesa, da participação na GG e a criação de um mito acerca da batalha de La Lys. A participação na guerra não gerou um sentimento de unidade nacional e piorou a situação financeira portuguesa, que se encontrava já em mau estado (Cruz, 2014, pp.114–115).

A Tese de Mestrado de Geoffrey Blades, “*The British Army on the Defensive in April 1918*”, de 1996, salienta a importância do emprego das reservas e a superioridade defensiva alemã, mas conclui que estes não foram capazes de explorar o sucesso inicial devido a problemas essencialmente logísticos.

O estudo de caso de David Zabecki, intitulado “*The German 1918 Offensives*”, de 2006, é também de particular interesse porque apresenta um conjunto de material de arquivo que não tinha sido alvo de análise até então. O autor apresenta as razões do falhanço das ofensivas alemãs da primavera de 1918 e dedica um capítulo, bastante exaustivo, à operação *Georgette*, detalhando os planos, os preparativos da operação, as ações tomadas pelos aliados, a ordem de batalha alemã e aliada, a execução da operação e a sua avaliação.

Uma outra Tese de Mestrado, sob o título “*The Portuguese Expeditionary Corps in World War I*”, de Jesse Pyles, 2012, focaliza-se na participação portuguesa na GG, concluindo que foi inegável a derrota portuguesa, mas também foi, de igual modo, uma derrota britânica. O autor considera que os portugueses acabaram por ser a desculpa dos britânicos para a derrota. Evidencia o empenho inglês na culpabilização dos portugueses e contrapõe, esta tendência, com diversos relatos dos oficiais de ligação da Missão Britânica no CEP que relevam a prestação positiva das tropas portuguesas em diversos momentos.

Os manuais militares, em vigor na altura do empenhamento da força portuguesa, constituem também uma boa referência. O manual “Mobilização: Quadros orgânicos das unidades e formações - 1ª Parte, Pessoal”, produzido pelo CEP em 1916, permite compreender como estavam organizados e qual a composição das diferentes unidades, nomeadamente dos QG das brigadas e, com especial interesse para este trabalho, do QG do CEP. Um outro, intitulado “Corpo Expedicionário Português: I Organização”, produzido pelo CEP em 1919 com disposições publicadas em Ordens de Serviço até 31 de outubro de 1918, descreve, para além de outros assuntos, as atribuições de cada repartição do CEP. Esta fonte, apesar de ter sido elaborada com informação que corresponde quase ao final da GG,



e dado o desconhecimento de outra anterior com este detalhe, permite construir uma ideia clara do que seriam as responsabilidades das repartições naquela altura.

De igual modo, os regulamentos em vigor fornecem informação fundamental para a compreensão do modo de organização e atuação. É o caso do “Regulamento para o Serviço de Campanha: Primeira Parte, Principios e Regras Geraes”, produzido pela Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, em 1904, e o “Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instruções para o Serviço dos Quartéis Generaes em Campanha”, produzido pela mesma Secretaria, em 1908. Enunciam todas as responsabilidades, em particular, das três repartições de um QG, nomeadamente da 1ª Repartição (Operações).

Esta investigação teve em consideração os estudos referidos e foi fundamentada, em grande parte, na análise de regulamentos e publicações da época e em fontes do Arquivo Histórico Militar (AHM), provenientes da 35ª Secção da 1ª Divisão, que diz respeito ao CEP (1914-1919), e ainda do Fundo Particular nº25, do General José César.

1.2. Base conceptual

Na condução desta investigação tivemos em consideração um corpo de conceitos, que permitiu assegurar uma melhor compreensão do objeto de estudo. O tema sugere a compreensão do conceito de desempenho operacional que, necessariamente, tem associados outros. O Joint Chiefs of Staff (2016, p.111) define capacidade operacional como a capacidade de empregar efetivamente uma arma, equipamento ou sistema que é operado por uma unidade militar devidamente treinada, equipada e apoiada. Prevê ainda o conceito de prontidão operacional (2016, p.176) como a capacidade de uma unidade, navio, sistema de armas ou equipamento de cumprir missões ou funções para as quais está organizada ou desenhada. Considerando o acima exposto consideramos, para efeitos deste trabalho, o conceito de desempenho operacional de uma força como sendo a maior ou menor capacidade de executar as missões atribuídas de uma forma eficaz. Engloba o planeamento, treino e condução de operações. Um elevado desempenho operacional depende de diversos fatores. A sua organização e características constituem uma condição fundamental inicial. Uma força terá grandes dificuldades em cumprir uma missão para a qual não foi desenhada, tendo como resultado um desempenho operacional necessariamente baixo. Um outro aspeto relaciona-se com o treino e preparação. Não basta a unidade estar desenhada para a missão ou para um tipo de missões (ter o pessoal e material adequado), todas as componentes da força terão que estar treinadas para, em conjunto, se articularem e coordenarem. A liderança e aptidão da



força para operar com outras forças, neste caso particular com os britânicos, são também aspetos com impacto direto no cumprimento das missões atribuídas.

Tendo em consideração o acima descrito, quando nos referimos a desempenho operacional teremos necessariamente de pesar o contributo do planeamento, treino, condução das operações, organização (pessoal e material), liderança e capacidade de integração com outras forças.

A nossa investigação focalizou-se na designada frente ocidental. É referente à porção de terreno que passa por França e Bélgica e que se estende desde a fronteira suíça até ao Mar do Norte. Foi a frente decisiva na GG (Krause, 2015). Para efeitos do nosso estudo focalizamo-nos, em particular, no setor da frente ocidental atribuído ao CEP. Assim, a expressão “setor português” deverá ser interpretada como a faixa de terreno da frente ocidental entregue à responsabilidade do CEP.

1.3. Percurso metodológico

O primeiro passo consistiu na definição do problema de investigação, tendo como base de partida o tema proposto. Neste âmbito procuramos identificar e estudar o problema central, trazido pelo tema, colocando questões concretas que permitissem recolher, de forma sistemática, informação das fontes e bibliografia identificada.

De seguida, iniciamos a reunião de um conjunto de recursos que consideramos necessários para a execução da investigação. Numa primeira instância, começamos por distinguir as fontes e a bibliografia a utilizar. Nesta fase recorremos fundamentalmente ao AHM, a estudos disponíveis na Biblioteca do Exército e do IUM e ainda a trabalhos publicados, disponíveis na internet.

Posteriormente analisamos os dados obtidos, confrontando a informação recolhida nas fontes com os restantes recursos, a fim de consolidar a informação, detetar eventuais incongruências ou mesmo eliminar lacunas detetadas. Embora existam sempre condicionamentos relacionados com a disponibilidade de informação, a bibliografia considerada relevante para a investigação foi alvo de crítica.

Após a análise, a informação foi organizada por forma a sustentar a formulação das conclusões, finalizando posteriormente este percurso metodológico com a redação do trabalho. A Figura 2 sistematiza o percurso descrito.

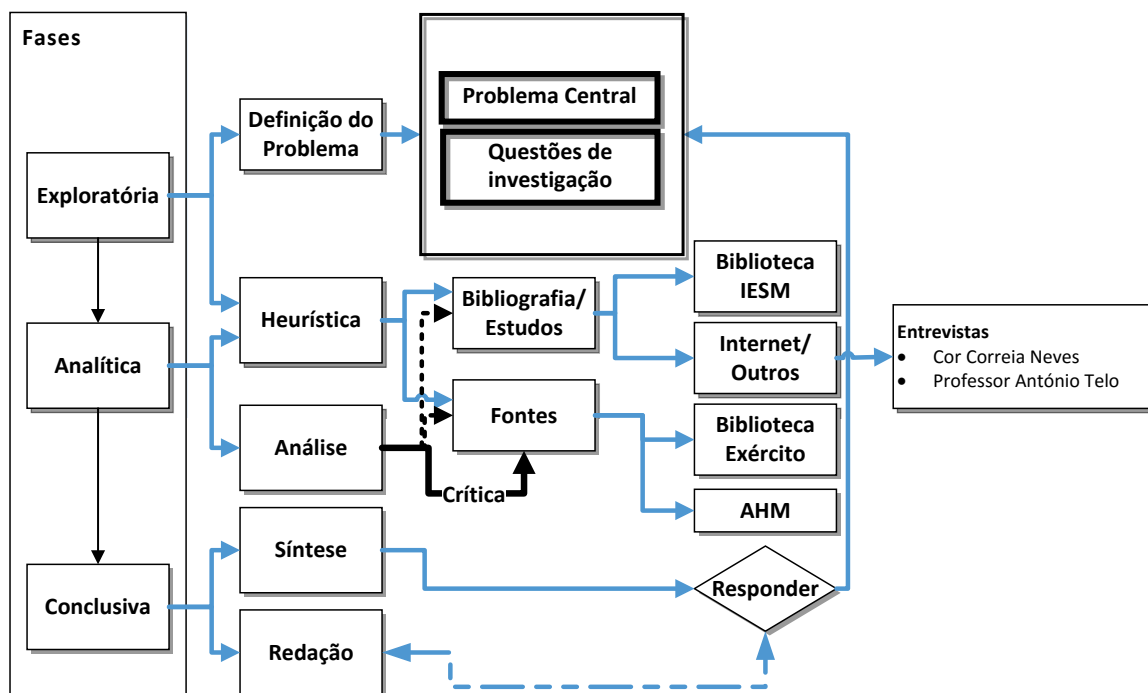


Figura 2 - Percurso metodológico

Fonte: Autor



2. O Corpo Expedicionário Português

Neste capítulo começaremos por caracterizar a conjuntura da época, descrevendo sumariamente como foi despoletada a guerra, com o intuito de compreender em que circunstâncias foram empregues as forças portuguesas. De seguida, e após a análise das fontes disponíveis, será descrita a organização da força, identificando em especial, as suas unidades de manobra e órgãos de comando. O QG será alvo de especial atenção, identificando a sua estrutura, organização e principais atribuições.

O intuito será determinar o impacto da estrutura orgânica da força, incluindo organização e atribuições do seu EM e RO, que influenciaram o seu desempenho na GG.

2.1. Entrada na guerra

Portugal acabou por participar na guerra por diversas razões. António Telo refere que a intenção do governo da República, em particular do Partido Democrático de Afonso Costa, era forçar a entrada na guerra. Haviam receios de que esta poderia terminar com uma paz negociada e que as colónias portuguesas poderiam ser utilizadas nas negociações de um acordo de paz. Por outro lado, a fragilidade do regime em Portugal potenciava a ideia de uma intervenção na guerra, como forma de gerar um sentimento patriótico na população portuguesa. Pretendia-se, com esta ideia, que os portugueses se unissem em torno do regime, reforçando o governo e a sua respetiva consolidação política (Batalha de La Lys, 2006).

Mais recentemente, o mesmo autor salienta a originalidade do caso português. O aspeto mais relevante prende-se com o facto de, ao contrário dos outros Estados, Portugal já vivia uma guerra civil quando se dá a guerra europeia. Vivia-se um clima de guerra civil, com a ocorrência de dezenas de golpes de Estado, assaltos a sedes de partidos, jornais e residências. Uma parte da sociedade portuguesa defendia a beligerância em nome dos seus objetivos, tentando convencer os portugueses com argumentos falsos. O discurso oficial refere que era a Inglaterra que pretendia a beligerância portuguesa, quando a realidade era precisamente a oposta. A pressão portuguesa acabou por conseguir forçar a entrada na GG, com o apoio francês. Não havia consensos entre os políticos e entre os militares. Dentro do próprio Partido Democrático de Afonso Costa, existia um grupo que considerava que a beligerância forçada ia contra os interesses nacionais (Conferência Portugal na Grande Guerra, 2016).

Fraga (2003, pp.102–103) identificou seis razões que levaram o governo de Afonso Costa a procurar a beligerância. A primeira estaria relacionada com a garantia do direito de



manutenção das colónias africanas³. A segunda seria reduzir a capacidade de negociação espanhola, junto dos aliados, com o intuito de evitar uma eventual anexação de Portugal, dada a pouca simpatia que o regime português suscitava no governo espanhol. A terceira razão prendia-se com a consolidação do regime em Portugal. O governo procurava apresentar o país à França como uma pequena potência, amiga de Inglaterra, mas completamente autónoma. Pretendia simultaneamente ganhar a simpatia das monarquias europeias. A quarta razão seria a consolidação interna do partido, que lhe daria legitimidade para adotar medidas políticas mais duras para limitar a oposição. A quinta seria o esbatimento da posição de submissão que Portugal mantinha em relação à Inglaterra. O regime tinha herdado esta posição dos monárquicos e tinha intenção de a alterar. Por último, a participação na GG, traria dinamismo à economia portuguesa. Os portos passariam a ser frequentados por navios aliados, haveriam matérias-primas em maiores quantidades, que permitiriam um maior desenvolvimento industrial.

A 9 de março de 1916, Portugal entrava formalmente na GG. A declaração alemã surgiu na sequência da requisição portuguesa, de todos os navios alemães em portos portugueses, a pedido da Inglaterra (Marques, 2003, p.100).

Foram efetuadas diversas negociações entre portugueses e britânicos (ver Anexo A), que culminaram com a assinatura, a 3 de janeiro de 1917, do designado “*Memorandum of the Arrangements for the Employment of Portuguese Troops in the British zone of Operations in France*”⁴. Este acordo previa um conjunto de 23 medidas. Começa por descrever a composição da força expedicionária portuguesa, composta por três brigadas de infantaria (18 batalhões), quatro grupos de metralhadoras e respetivo apoio de fogos e engenharia. É acordado que a força atuaria como um todo sob as ordens de um General português, de acordo com as indicações do comandante em chefe das forças britânicas em França. Diversos oficiais portugueses frequentariam aulas em França, para depois ministrarem instrução à força portuguesa, acerca da guerra das trincheiras. Os custos totais do emprego da força recairiam sobre o governo português e as despesas britânicas em transportes, alimentação, armamento e equipamento e apoio sanitário seriam pagas pelo governo português através de acordos posteriores. Os britânicos forneceriam o material requerido pelos portugueses e o transporte para a zona de operações. A escolta destes movimentos seria assegurada pelos

³ Foram assinadas duas convenções secretas, entre a Inglaterra e a Alemanha, para uma possível divisão do império Português no pós-guerra (Batalha de La Lys, 2006). As colónias alemãs faziam fronteira com o sul de Angola e com o norte de Moçambique.

⁴ Também referido, por diversos autores, como Convenção Militar.



britânicos com, pelo menos, um navio de guerra português⁵. A reparação e substituição de armamento seria responsabilidade britânica. Relativamente a recompletamentos da força, a responsabilidade seria portuguesa, com transporte assegurado pelos britânicos. O mesmo seria válido para a evacuação de pessoal e animais. O tratamento de doentes e feridos, sempre que possível, seria assegurado por Portugal, havendo lugar a apoio britânico em reforço, quando necessário. A manutenção da disciplina e ordem das tropas portuguesas seria também da responsabilidade exclusiva nacional e de acordo com a lei portuguesa (Carnegie e Soares, 1917).

A 17 de janeiro de 1917, por decreto nº 2:938 da Secretaria da Guerra, é nomeado o General Tamagnini de Abreu e Silva como comandante do CEP e, como Chefe do Estado-Maior (CEM), o Major Roberto Baptista⁶ (Secretaria da Guerra, 1917, p.23). Norton de Matos manda constituir o corpo com as unidades que mais eram contra a entrada na GG. O CEP torna-se uma concentração de militares “antiguerristas” (Telo, 2014, p.32).

Com vista à preparação da entrada no TO, foram enviadas, a partir de finais de 1916, delegações portuguesas para França. Entre eles seguiu o Major Baptista com a missão de preparar a receção e instalação do contingente português, a constituição do QG e preparação dos instrutores⁷. Em Lisboa, no QG Territorial, ficou o General Tamagnini a organizar as unidades e seu respetivo embarque. O transporte, por via marítima, começou no final de janeiro de 1917 e decorreu em conformidade com o Memorando, tendo sido transportado o CEP com o efetivo de divisão reforçada⁸. Esta unidade acabaria por ver aumentado o seu efetivo, atingindo a dimensão de corpo de exército⁹, com base na proposta do General Tamagnini ao Ministério da Guerra, em 12 de fevereiro de 1917 (Oliveira, 1994, pp.62–69). Em ofício de 22 de fevereiro dirigido ao Major-General Barnardiston¹⁰, o Ministro da Guerra, Norton de Matos demonstra interesse em enviar duas divisões, constituindo assim um corpo de exército, com um efetivo perto dos 53 mil homens. Pede uma resposta do governo britânico para realizar o aumento de efetivo e transformação do CEP (Matos, 1917). Já

⁵ Portugal empenhou na escolta o NRP Douro e o NRP Guadiana (Transporte Tropas, 2013) e, no transporte, o Gil Eannes e o Pedro Nunes (Fraga, 2010, p.300).

⁶ Respetivamente artigo 1º, 2º e 3º.

⁷ A intenção seria garantir o cumprimento do ponto quatro do Memorando, que previa instrução adicional para o contingente português dada por oficiais portugueses (Carnegie e Soares, 1917, p.II). Foram enviados cinco Oficiais superiores, 67 Capitães e Subalternos e 33 Sargentos, que começaram o seu treino na Escola de Armas Portáteis em Camiers (Fraga, 2010, p.307).

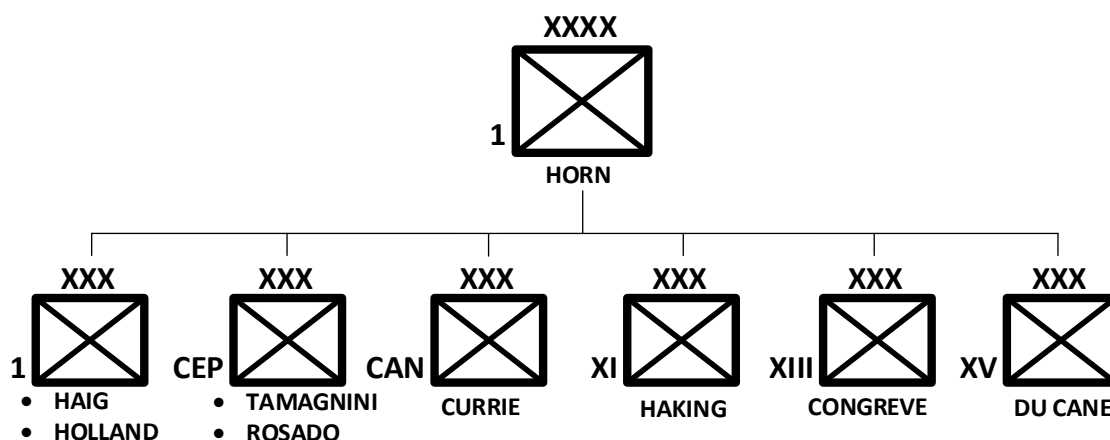
⁸ 39 585 homens (Salvado, 2014, p.Ap.4-2).

⁹ Contrapondo a pretensão inglesa de incorporar o CEP no XI Corpo, do I Exército britânico.

¹⁰ Chefe da MMB em Portugal (NAM, 2014) e adido militar em Lisboa (Tamagnini, 1923).



organizado como corpo, é integrado no I Exército britânico (ver Figura 3), sob o comando do General Horne.



¹¹Figura 3 - I Exército britânico

Fonte: Autor, adaptado de (Oliveira, 1994, p.69; Duffy, 2009^a; Duffy, 2009b)

Com base nos conhecimentos adquiridos pelos militares portugueses enviados para as escolas britânicas, foram constituídas as escolas do CEP. Em março de 1917 foi aprovado o plano de instrução com três fases distintas. Iniciava-se com treino físico, tática, tiro e palestras, para manter o moral elevado. Numa segunda fase era ministrada instrução de baioneta, granadas e de serviço de patrulhamento das trincheiras. Na última fase, eram dadas instruções especiais, em conformidade com as aptidões evidenciadas durante a primeira e a segunda fases. Para além das escolas do CEP foram também criadas as escolas das divisões (Fraga, 2010, pp.298–299).

A 11 de maio de 1917, um batalhão português assumiu, pela primeira vez, o seu subsector de defesa¹² e, a 10 de julho, a 1^a Divisão¹³ defendia o seu setor, sob as ordens do respetivo comandante, integrada no XI Corpo britânico. As forças da 2^a Divisão ficaram prontas a 5 de novembro tendo o General Tamagnini assumido o comando do setor português (Tamagnini, 1919, pp.16–17). O CEP, como corpo de exército, manteve-se em operações desde 5 de novembro de 1917 até 6 de abril de 1918, altura em que a 2^a Divisão passou para o comando do XI Corpo.

¹¹ Para informação sobre símbolos táticos ver Figura 16.

¹² Fonte inglesa confirma esta data. O Capitão Dartford, oficial de ligação no CEP, identifica-o como 34º Batalhão (Dartford, 1917 cit. por Pyles, 2012, p.47). Marques (2003, pp.109–110) refere 12 de maio.

¹³ Substituindo a 49ª Divisão britânica (Tamagnini, 1923, p.CLXXII).



Sidónio Pais tinha, entretanto, tomado o poder a 7 de dezembro de 1917¹⁴, adotando uma política oposta à que havia sido seguida por Afonso Costa. A sua ascensão marca o fim do esforço de guerra português e o consequente enfraquecimento progressivo do contingente português (Fraga, 2010, pp.34–35).

A participação portuguesa na GG foi atípica, especialmente pela total dependência do contingente português em relação aos britânicos. Para além disso havia também um sentimento de repúdio dos oficiais britânicos, quanto à integração de tropas portuguesas, e muitos oficiais portugueses eram também contra a participação de Portugal nesta guerra. Existiam também diversos problemas de comando e o General Tamagnini era dos poucos oficiais que não era político. Ao nível do EM, o relacionamento com o General também não era ameno, especialmente com Roberto Batista, que acabava por ser um comissário político de Norton de Matos (Telo, 2016).

No final de janeiro de 1917, as unidades do CEP iniciaram a projeção que se prolongou até fevereiro de 1918¹⁵. De acordo com António Telo, as unidades à medida que iam desembarcando (companhias e batalhões) eram encaminhadas para as escolas inglesas em França, onde era dado um curso sobre a guerra nas trincheiras. As unidades eram posteriormente colocadas na frente. Uma companhia que terminava o curso¹⁶ era colocada num batalhão britânico e quando havia um número suficiente de companhias portuguesas, que tinham passado por esse processo, formava-se um batalhão português. O batalhão¹⁷ era depois inserido numa brigada britânica. Assim que existissem vários batalhões, era constituída uma brigada, depois uma divisão e só ao fim de alguns meses é que foi entregue um pequeno setor da frente, cerca de 10 Km, ao CEP (Batalha de La Lys, 2006). Os comandantes de batalhão e de brigada acompanhavam os comandantes britânicos do mesmo escalão tático (Tamagnini, 1919, p.16), para mais tarde assumirem eles próprios o comando no subsetor atribuído. O comando do CEP, e o seu EM, sofreram um processo semelhante até assumirem autonomamente o setor atribuído. Este método revelou-se crucial para as tropas portuguesas, permitindo uma adaptação progressiva às novas características da

¹⁴ Ver Figura 11 para informação cronológica.

¹⁵ Fraga, 2010, p.300, refere que a projeção de todo o CEP decorreu entre fevereiro e setembro de 1917. Informação corroborada em AHM 1/35/1401.

¹⁶ Tinha uma duração prevista de cerca de 45 dias. Eram ministradas instruções de armamento inglês e sobre novas formas de guerra, nomeadamente a utilização de gases tóxicos. Havia ainda treino prolongado sobre patrulhamento de trincheiras, utilização da baioneta e treino físico (Cruz, 2014, pp.44–45).

¹⁷ Assumia um subsetor de defesa durante cerca de seis dias.



guerra, objetivo que não tinha sido conseguido com a instrução inicial em Tancos (Cruz, 2014, p.45).

Segundo Marques (2003, p.108), os resultados da instrução ministrada foram positivos, salientando-se a capacidade de aprendizagem rápida no manejo do armamento e equipamento militar. Haviam, no entanto, algumas dificuldades nos exercícios de marchas apeadas e utilização de máscaras antigás. São igualmente assinaladas referências positivas pelo Major Hesketh-Prichard, oficial britânico, que refere o interesse e atitude dos portugueses durante o treino e, em especial, as suas capacidades de patrulhamento (Pyles, 2012, p.44).

Existiu, no entanto, alguma resistência por parte de oficiais portugueses, que não compareciam às aulas teóricas, por considerarem que os sargentos britânicos não eram dignos de dar aulas a oficiais. Por outro lado, a falta de munições impediu a realização de todos os exercícios previstos e os efeitos da vacinação (dores e febres altas) prejudicaram a instrução (Marques, 2003, pp.108–109). Apesar desta postura, e de alguns autores referirem que os oficiais portugueses não eram de confiança porque tinham ligações monárquicas e eram ignorantes e ineficazes, Pyles (2012, pp.60–61) refere que existem diversos exemplos que contrariam estas ideias, afirmando que os oficiais do CEP provaram ser líderes corajosos em combate. Várias personalidades reconheceram-no, nomeadamente o General Richard Haking¹⁸, o General Douglas Haig¹⁹ e David Lloyd George²⁰.

Esta metodologia de instrução manteve-se após o ataque alemão de 9 de abril. Em outubro de 1918 o comandante do CEP, à data General Garcia Rosado, desenvolveu esforços para reconstituir a 1ª Divisão. Os oficiais e sargentos, que nunca estiveram na frente, estagiariam três dias nos batalhões britânicos e os oficiais frequentariam as escolas do exército e do corpo. As unidades de infantaria seriam submetidas a programas de treino de secção, pelotão e companhia, pelos menos quatro horas por dia. Os batalhões, assim que reconstituídos, seriam integrados nas brigadas britânicas (XI Corps, 1918a).

2.2. A força portuguesa

A força inicialmente acordada no Memorando Luso-britânico²¹ seria constituída (ver Figura 4) essencialmente por um QG de divisão, três brigadas de infantaria, que perfaziam um total de 18 batalhões, quatro grupos de metralhadoras, quatro grupos de artilharia de

¹⁸ Comandante da XI Divisão, onde esteve integrada a 1ª Divisão portuguesa.

¹⁹ Comandante do I Exército britânico, onde esteve integrado o CEP.

²⁰ Primeiro-Ministro britânico (Blake e Blake, 2016).

²¹ Versão completa no Anexo A.



campanha (peças), três grupos de artilharia de campanha (obuses), quatro companhias de sapadores-mineiros e um grupo de cavalaria (Carnegie e Soares, 1917, p.I). Em 1916, apesar de não existir experiência prática portuguesa sobre guerra de trincheiras, já eram conhecidos os seus fundamentos. A organização do CEP teve esse aspeto em consideração e foi por esse motivo que a sua orgânica inicial contemplava uma divisão reforçada, com maior número de elementos do que os previstos em quadro orgânico (Fraga, 2010, p.295).

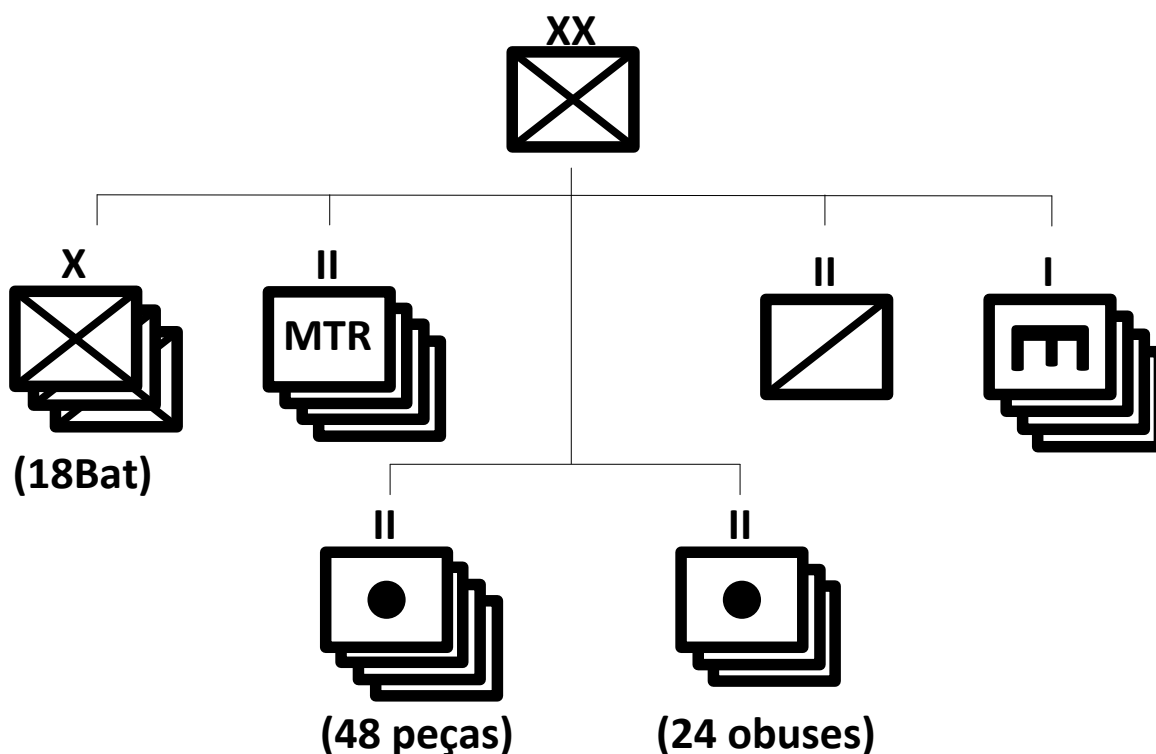


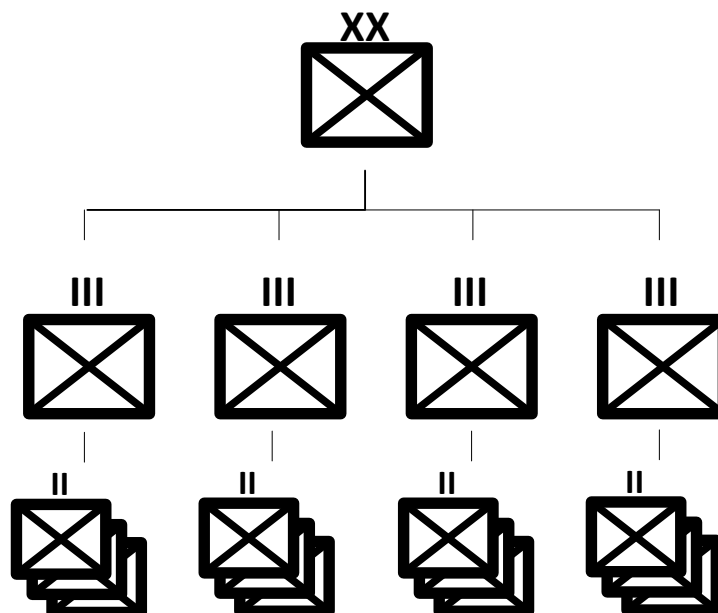
Figura 4 - Força inicial acordada

Fonte: Autor, adaptado de (Carnegie e Soares, 1917)

Após a chegada das primeiras forças portuguesas a França, o Chefe da MMB no CEP sugeriu a constituição do CEP com uma estrutura exatamente igual ao de um corpo britânico, com a introdução de algumas alterações na divisão reforçada portuguesa. A sugestão foi bem aceite no EM do CEP, resultando numa proposta do General Tamagnini endereçada ao Ministério da Guerra, em fevereiro de 1917 (Fraga, 2010, pp.303–304). Após diversas reestruturações, a força portuguesa passou a escalão corpo de exército. Estava organizado em oito regimentos a três batalhões cada (ver Figura 5), enquanto que os britânicos tinham brigadas a quatro batalhões (Oliveira, 1994, p.69). Os 12 batalhões de cada divisão foram agrupados em grupos de quatro, passando a constituir brigadas, que eram no fundo



regimentos a quatro batalhões. Com esta reestruturação passou-se de oito regimentos para seis brigadas, reduzindo-se dois EM de brigada (Tamagnini, 1919, p.14). Os 24 batalhões do CEP foram assim reorganizados em seis brigadas que, por sua vez, foram integradas em duas divisões, conforme se poderá verificar na Figura 6.



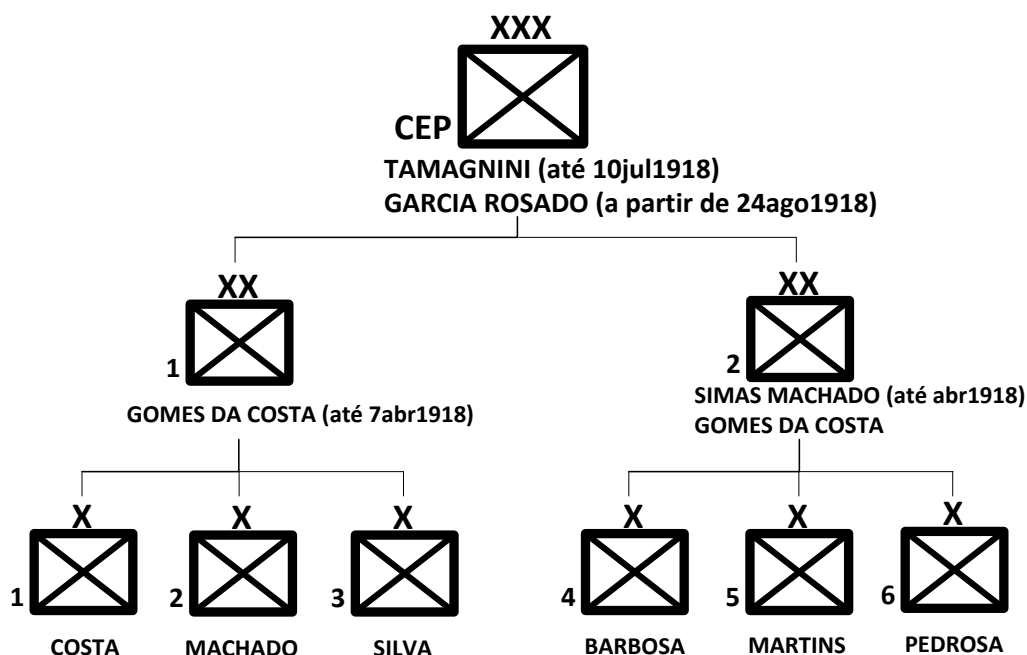
²²Figura 5 - Organização inicial das divisões portuguesas

Fonte: Autor, adaptado de (Tamagnini, 1919, p.14)

Cada uma das divisões portuguesas passou a ser composta por três brigadas de infantaria, três grupos de artilharia de peças 7,5 e outro de obuses, duas companhias de engenharia (sapadores-mineiros), três ambulâncias, uma coluna de transporte de feridos, uma coluna de hospitalização e pelas tropas não endivisionadas²³ (Fraga, 2003, p.107).

²² A figura contempla apenas as unidades de manobra.

²³ Esquadrões de cavalaria, um corpo de artilharia pesada, várias unidades de engenharia (batalhão de caminhos de ferro), unidades de telegrafistas, uma esquadrilha de aviação, várias unidades sanitárias e administrativas.



²⁴Figura 6 - Estrutura orgânica do Corpo Expedicionário Português

Fonte: Autor, adaptado de (Oliveira, 1994, pp.65–69; Henriques e Leitão, 2001, pp.37–38)

A organização do CEP aproximou-se assim da estrutura dos corpos de exército britânicos, que integravam três divisões, cada uma a três brigadas, a quatro batalhões cada, conforme se poderá verificar na Figura 7. Note-se que o CEP, ao contrário dos corpos de exército britânicos, apenas tinha duas divisões e não dispunha de artilharia pesada nem de aviação (Fraga, 2003, p.107).

²⁴ Idem 20.

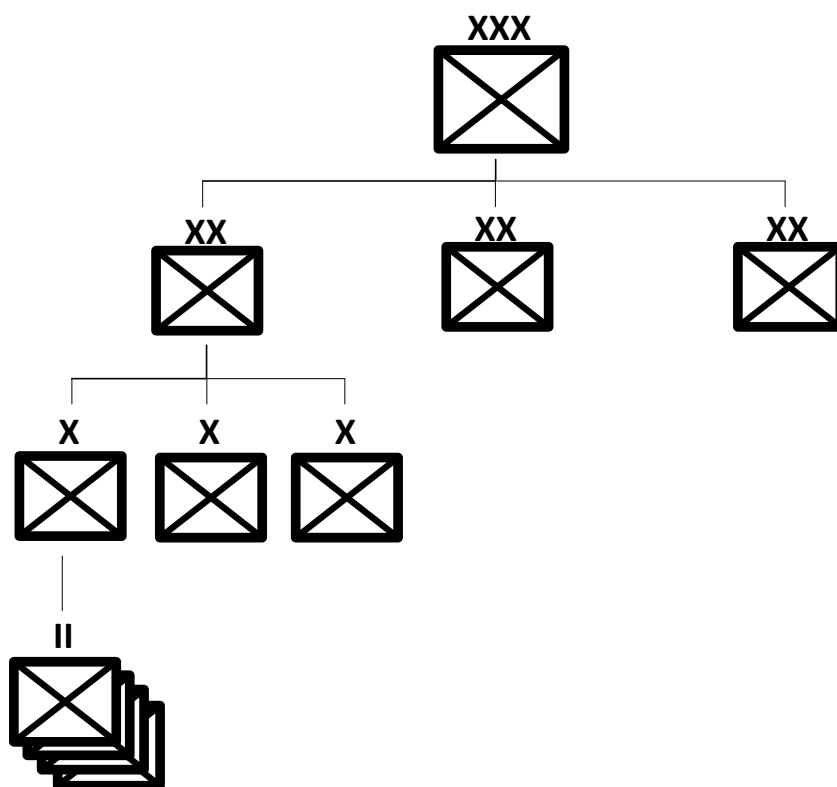


Figura 7 - Corpo britânico

Fonte: Autor, adaptado de (Oliveira, 1994, p.67)

Esta reestruturação era mais adequada para as trincheiras porque permitia implementar um sistema de rotação entre os batalhões, evitando a permanência das tropas na linha da frente por períodos demasiado longos. Para além deste aspeto, permitiu também uniformizar as unidades portuguesas com as britânicas. As divisões eram normalmente empregues com duas brigadas em primeiro escalão e uma em apoio (Fraga, 2003, pp.107–108). As brigadas em primeiro escalão dispunham dois batalhões em linha, um em apoio imediato e o quarto constituía-se reserva da brigada (ver Figura 8). Os batalhões revezavam-se, em média, de seis em seis dias (Tamagnini, 1919, p.16), permitindo assim dar algum descanso aos militares que não se encontravam nas unidades em primeiro escalão. A RO tinha a questão da rotação bem presente ordenando, sempre que possível, a rotação de unidades. Considere-se como exemplo a ordem nº4, de 15 de novembro de 1917 que manda render a 3ªBrigada pela 6ªBrigada²⁵.

²⁵ Ver CEP, 1919b, registo do dia 22nov1917.

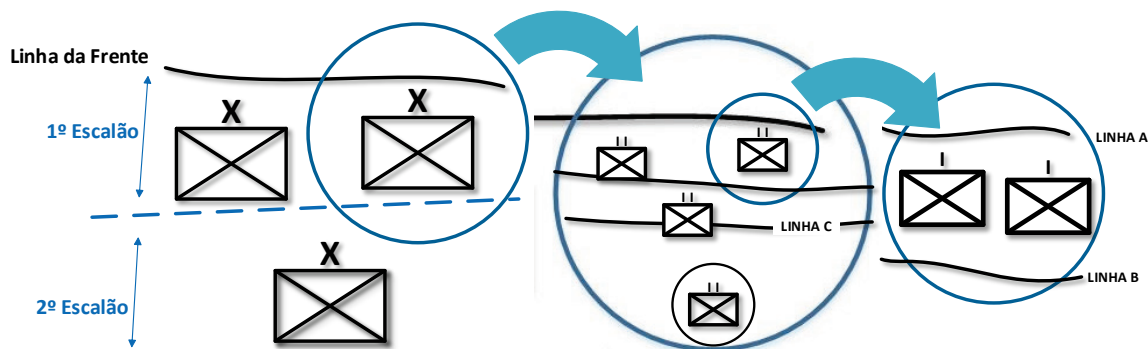


Figura 8 - Organização para combate

Fonte: Autor, adaptado de (Tamagnini, 1919, p.44)

Existiram, no entanto, alguns aspetos diferenciadores que perduraram no tempo. Um deles estava relacionado com a orgânica do corpo. Apesar de ser possível fazer a rotação entre os batalhões das brigadas em primeiro escalão, tal como os britânicos, o mesmo não era possível entre divisões. Não havia capacidade para fazer rodar as tropas entre a linha da frente e a retaguarda distante, para um verdadeiro repouso, pela falta de uma terceira divisão (Fraga, 2010, pp.340–341).

Outro aspeto relacionava-se com a mobilidade. No exército português, a utilização de veículos com motor de explosão interna era praticamente inexistente, até à entrada na GG, sendo utilizados, exclusivamente, meios de locomoção animal (Fraga, 2010, pp.150–151). A força portuguesa que desembarcou em França não tinha, por isso, grande experiência na utilização deste tipo de veículos. De acordo com Telo (2016), os britânicos tinham dois tipos de divisões, móveis e estáticas, que eram assim classificadas considerando o número de meios que tinham para fazer deslocar material e pessoal. O CEP, nesta classificação, estaria a meio da tabela.

Por outro lado, a massa humana que compunha as unidades do CEP era agora uma sombra daquilo que o exército português tinha sido. Antes de 1910, cerca de 98% das operações conduzidas tinham sido um sucesso. As políticas levadas a cabo, partidarizaram o exército, destruíram a disciplina e infiltraram organizações políticas secretas nas forças armadas. À data da entrada na GG, mantinha-se a ameaça das reformas de 1911, que previam a redução dos oficiais do quadro permanente e aumento dos milicianos, encontrando-se as forças armadas profundamente divididas. Esta divisão sentia-se no corpo de oficiais, cuja maioria acreditava que as motivações para a beligerância eram partidárias e não nacionais, era contra o empenhamento na Flandres e defendia o reforço nas colónias. Surge também



pela primeira vez uma organização política, no seio dos soldados, contra a participação na GG, contribuindo também para esta divisão (Telo, 2013, pp.12–13).

2.3. O QG do CEP e a repartição de operações

O QG do CEP era composto por 18 órgãos²⁶ (ver Figura 9): Comando e EM; Formação do QG; Serviço Telegráfico; Serviço de Engenharia; Serviço de Artilharia; Serviço de Saúde; Serviço Veterinário; Serviços Administrativos; Serviço de Transportes automóveis; Pagadoria; Serviço Postal; Serviço de Justiça; Serviço de Polícia; Serviço de Reclamações; Serviço de Expediente de Bagagens e de Registo de Perdas; Serviço de Salvados; Serviço de Aboletamentos; e Serviço de Agricultura²⁷. O Comando e EM (ver Tabela 4) era composto por 42 oficiais, 41 praças, 59 solípedes de sela (Corpo Expedicionário Português, 1919a, pp.10–22).

De notar que CEP (1916, p.5) faz referência às funções de oficiais intérpretes e adjuntos do serviço de informações, cujas atribuições estão referidas em Corpo Expedicionário Português (1919b, p.4). Tinham como funções gerais pesquisar todos os jornais e publicações por artigos relacionados com a guerra, selecionando os de maior relevância. Para além disso, deveriam traduzir e classificar documentos, interrogar feridos, prisioneiros, habitantes, etc., em conformidade com as orientações do chefe da repartição, e exercer ou coadjuvar o serviço da censura. No entanto, e apesar desta referência, a existência de oficiais intérpretes não está explicitada na orgânica do EM, prevista em Corpo Expedicionário Português (1919a, p.10) nem nas ordens de batalha do CEP²⁸.

²⁶ Ver Tabela 5 para informação acerca dos cargos de chefia.

²⁷ Ver também Tabela 3.

²⁸ Ver CEP, 1917; CEP, 1918g e CEP, 1919a.

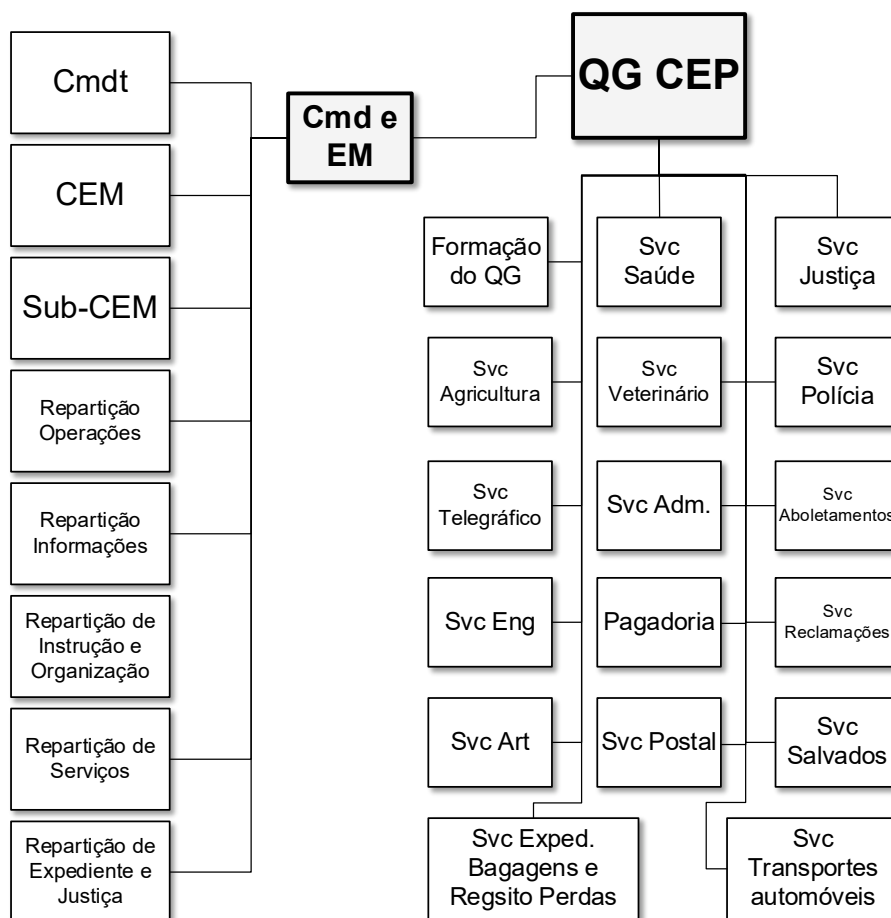


Figura 9 - Composição do Quartel-General do Corpo Expedicionário Português

Fonte: Autor, adaptado de (CEP, 1916, pp.5–10; Corpo Expedicionário Português, 1919a, p.10)

Os militares que compunham o EM do CEP eram oriundos, essencialmente, da divisão de instrução, reforçados com mais alguns oficiais. O General Tamagnini referia que, à exceção do Coronel D. José de Serpa Pimentel²⁹, todos os outros oficiais foram nomeados sem sua prévia consulta, pelo Chefe de EM do QG do CEP Roberto da Cunha Baptista (Tamagnini, 1923, p.CLXVIII).

A observação das ordens de batalha do CEP³⁰ permite verificar que o EM do CEP tinha cinco repartições devidamente guarnecidas e em funcionamento³¹: Repartição de Operações; Informações; Instrução e Organização; Serviços; e Expediente e Justiça. Para além disso, foi também possível verificar que, entre 1 de setembro e 1 de dezembro de 1918, a repartição de informações estava provisoriamente dependente da RO (ver Tabela 5).

²⁹ De origem nobre. Fazia uso do título Dom (Ribeiro, 2014, p.29).

³⁰ Ver CEP, 1917; CEP, 1918g; CEP, 1919a e Tabela 6.

³¹ Informação corroborada pelas Ordens de Batalha. Ver Tabela 5 e Tabela 6.



O Regulamento para o Serviço de Campanha, de 1904, refere que o EM é constituído por pessoal do serviço do EM, necessário para coadjuvar o comandante no exercício das suas funções (Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, 1904, p.7). Os oficiais do serviço de EM estavam sob as ordens diretas do CEM e tinham como atribuições gerais: auxiliar o CEM no desempenho das suas funções; desempenhar funções especiais, nomeadamente, reconhecimentos; coligir todos os documentos úteis para a história da campanha; e contribuir e propor medidas que proporcionem o bom andamento das operações e funcionamento dos serviços (Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, 1908, p.14).

À RO competia: a redação de diretivas, ordens, instruções e avisos relativos à execução das operações e sua preparação; a preparação e redação de relatórios de combate e das operações e de toda a correspondência sobre operações a ser enviada ao QG do escalão superior e das forças que contribuem para o mesmo fim; redigir o diário de campanha; determinar linhas de postos de correspondência, postos óticos, telegráficos e telefónicos; e solicitar, das restantes repartições, as informações necessárias às operações (Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, 1908, pp.34–35). Para além destas atribuições, o manual de serviço interno do CEP determinava que lhe competia ainda organizar e escriturar o diário da força e o diário dos estacionamentos (Corpo Expedicionário Português, 1919b, p.9).

Para além da cadeia de comando, existente entre as forças britânicas e o CEP, foi também instituída, junto do QG do CEP, uma missão de oficiais britânicos que falavam fluentemente português e francês - a designada *British Mission with Portuguese Corps*. Conforme previa o Memorando, foi nomeado um oficial para ligação³² do QG do CEP ao QG do I Exército, o Tenente-Coronel Ivens Ferraz. Esta estrutura estendia-se até aos batalhões e grupos, por intermédio de oficiais britânicos da reserva que residiam em Portugal ou no Brasil (Oliveira, 1994, p.66). A missão reunia um total de quase 300 homens que, fruto da sua proximidade com a força portuguesa, tinham muito bom conhecimento do que se passava junto das estruturas de comando. O Tenente-Coronel Charles Ker, Chefe da MMB, tinha como tarefa controlar o CEP, de acordo com as palavras do General Haking, comandante do XI Corpo britânico (Telo, 2016).

2.4. Síntese conclusiva

O CEP estava organizado em duas divisões, cada uma com três brigadas a quatro batalhões cada. Ao contrário dos corpos britânicos, o CEP não dispunha de artilharia pesada nem aviação. Apesar destas faltas, a estrutura facilitava a integração com as tropas britânicas

³² Ver ponto cinco do memorando de Carnegie e Soares (1917, p.II).



e estava mais adaptada à guerra das trincheiras, porque permitia implementar um sistema de rotação, dando algum descanso às tropas. No entanto, por falta de uma terceira divisão, não era possível efetuar essa rotação entre a linha da frente e a retaguarda.

O QG do CEP era composto por 18 órgãos, sendo o seu EM constituído por cinco repartições: repartição de operações, informações, instrução e organização, serviços e expediente e justiça. A RO tinha como principais atribuições a elaboração de diretivas, ordens e instruções, a preparação de relatórios de combate e das operações e a redação do diário de campanha e diário da força.

Em resposta à primeira questão “Em que medida a estrutura orgânica da força influenciou o seu desempenho?”, podemos referir que as circunstâncias em que o CEP foi empregue, a existência de diversos militares contra a beligerância, a mudança política que resultou no seu enfraquecimento progressivo, as influências políticas sobre o EM e sobre a força empenhada, os problemas de rotação de forças pela falta de uma terceira divisão e a limitada mobilidade do CEP terão tido um impacto negativo no seu desempenho. Por outro lado, o QG do CEP parece ter tido todas as valências necessárias para assegurar o seu normal funcionamento em campanha não tendo, por isso, influência negativa no seu desempenho.



3. A frente e a Repartição de Operações

Neste capítulo pretendemos compreender o impacto dos fatores mais relevantes, do setor e dispositivo português, no desempenho da força e da RO. Serão tidas em consideração as características físicas do terreno ocupado e as reestruturações sofridas. Posteriormente, serão analisadas as fontes disponíveis com o intuito de compreender de que forma atuou a RO. Para tal a nossa observação incidirá em três momentos distintos (antes, durante e após a batalha do Lys). Para cada um deles começaremos por caracterizar os principais eventos que decorreram nesse período, para depois compreender como a RO atuou nesse contexto, analisando os documentos que produziu.

3.1. Dispositivo português

Considerando as características do local, tudo levava a crer que um ataque de grande dimensão só seria expectável a partir de maio (Pyles, 2012, p.48). O terreno ocupado era plano, contrastando com o terreno elevado a norte e obstáculos naturais a sul (Pyles, 2012, p.87). José Rodrigues dos Santos refere que a posição alemã era ligeiramente mais elevada que a portuguesa³³ (Batalha de La Lys, 2006). O setor era atravessado por dois afluentes do Lys: a ribeira de Lawe, que desaguava perto de La Gorgue e comportava uma linha de defesa; e a ribeira de Clarence que desaguava a norte de Calonne³⁴. O terreno favorecia o ataque, desde que estivesse relativamente seco, e a defesa quando alagado, em combinação com os bons campos de tiro que proporcionava (Oliveira, 1994, p.80). Por outro lado, dificultava movimentações norte-sul pelo facto de existirem duas linhas de alturas, paralelas ao Lys (César, s.d., p.3).

Para além da geografia, Lemos Pires refere que as forças estavam sujeitas a temperaturas muito baixas, havia muita água e lama e as condições de higiene e saúde eram más (Conferência Portugal na Grande Guerra, 2016). António Telo acrescenta que o terreno era quase pantanoso, assim que se abria um buraco este enchia-se de água e bastavam umas pequenas chuvas para alagar as trincheiras. A vida quotidiana nas trincheiras era mais difícil do que noutros locais (Batalha de La Lys, 2006).

O dispositivo (ver Figura 10) estava organizado à semelhança do britânico e baseava-se num conjunto de linhas sucessivas (Pyles, 2012, p.47). A 1ª Linha era constituída pelas Linhas A, B e C. Esta última constituía-se como linha de socorro em caso de comprometimento das Linhas A e B. A Linha das Aldeias estava protegida com arame

³³ Segundo Cruz (2014, p.47), a posição alemã (crista de *Aubers-Fromelles*) era mais elevada em cerca de 30 a 40 metros.

³⁴ Para mais informação do terreno ver Figura 12.



farpado, com pontos de passagem para as forças de contra-ataque, e tinha abrigos em betão para metralhadoras. Na Linha do Corpo havia fortificações destinadas às forças de apoio imediato às guarnições da 1ªLinha. A zona de defesa à retaguarda era constituída por posições destinadas a cobrir as estradas principais e cuja defesa era da responsabilidade do exército. Em cada uma das linhas existiam abrigos para os órgãos de comando. Os comandantes de pelotão e companhia permaneciam próximos das suas unidades, os comandos de batalhão na Linha C, os QG das brigadas na Linha das Aldeias e os de divisão e corpo ainda mais recuados (Tamagnini, 1919, pp.43–45).

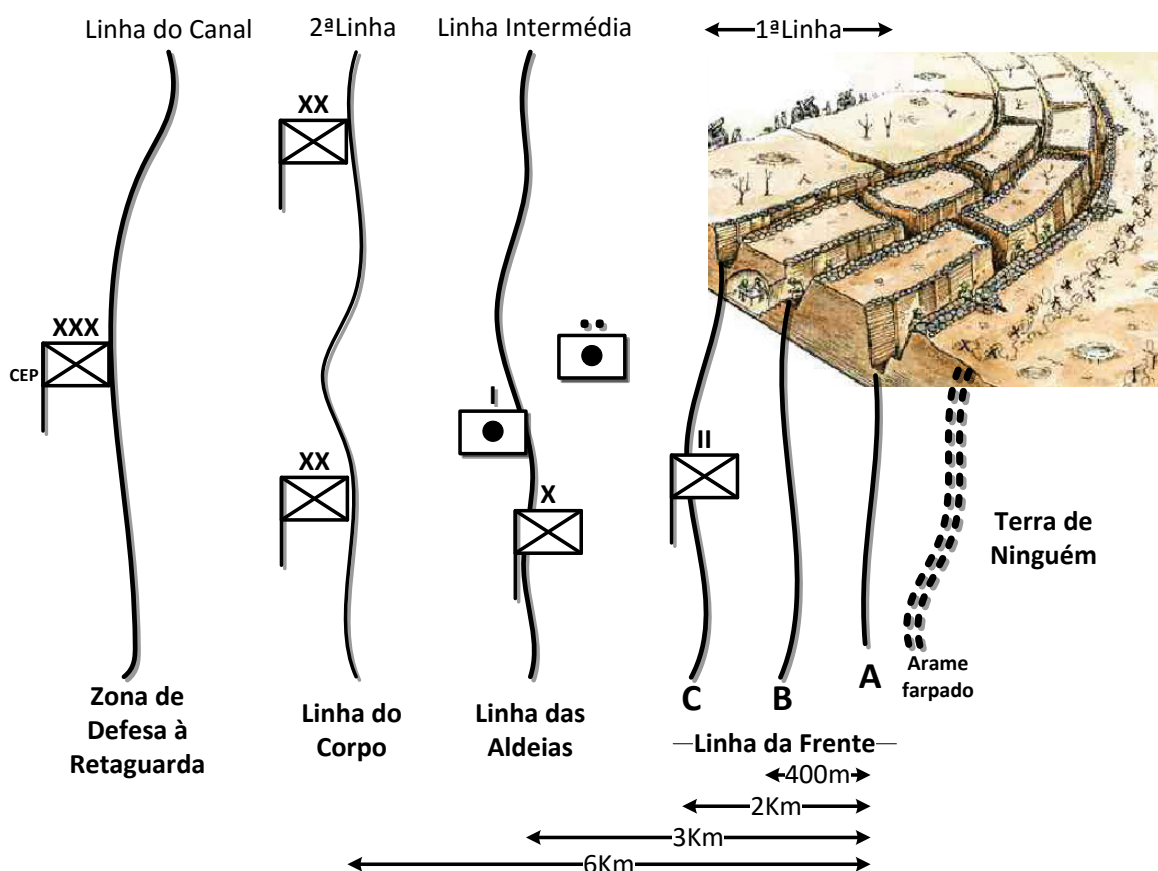


Figura 10 - Linha de defesa

Fonte: Autor, adaptado de (resources4educators.com, 2016; Tamagnini, 1919, pp.43–44; Oliveira, 1994, p.92; CEP, 1918h, pp.4–5)

O CEP apenas tinha capacidade de garantir uma defesa com cerca de seis quilómetros de profundidade. Tinha duas divisões, empenhadas na frente, não dispondo de uma terceira para constituição da reserva do corpo. Este facto constituía uma vulnerabilidade que não existia nas forças britânicas, cujos corpos de exército tinham três divisões (Fraga, 2003, p.111).



A extensão do setor revelou-se também problemática, especialmente no 9 de abril. Segundo Mendo Henriques, o setor foi encurtado de 14 para 11Km, continuando demasiado extenso. Em termos comparativos, os Estados Unidos da América (EUA) na primeira semana de abril tinham 60 mil homens num setor com 10Km de frente, enquanto que 20 mil portugueses ocupavam uma frente de 11Km (Batalha de La Lys, 2006).

O setor sofreu diversas reestruturações (ver Figura 11). No dia 10 de julho a 1ª Divisão terminou o ciclo de instrução, assumindo o setor sob o comando do XI Corpo, até 5 de novembro. Nessa altura, a defesa do setor foi entregue ao CEP até 6 de abril de 1918. O seu QG manteve-se em Saint Venan, o da 1ª Divisão em Lestrem e o da 2ª Divisão em La Gorgue (Oliveira, 1994, p.93). De notar que, durante este período, as duas divisões estiveram simultaneamente em setor apenas entre 26 de novembro 1917 e 8 de janeiro de 1918. A 1ª Divisão retira a 8 de janeiro³⁵, para descanso, e a 2ª Divisão reforçada defende a frente com três brigadas em primeiro escalão e uma em reserva³⁶ (Oliveira, 1994, p.108). No dia em que estava previsto iniciar-se a sua rendição, dá-se o ataque alemão, inviabilizando esse processo. As tropas portuguesas contabilizavam cerca de 260 dias consecutivos na linha da frente, situação que mais nenhuma força tinha vivido (Cruz, 2014, p.49).

³⁵ Pyles (2012, p.84) refere que foi em 6abr1918.

³⁶ 3ª Brigada, da 1ª Divisão (CEP, 1918i).

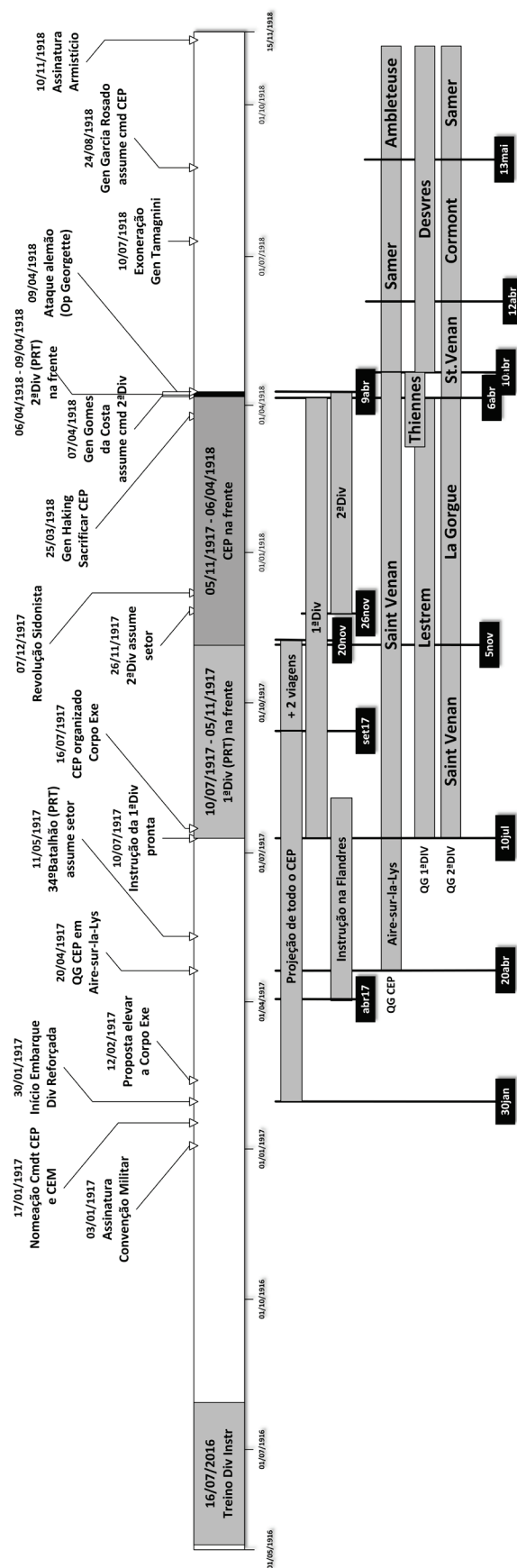


Figura 11 - Linha cronológica

Fonte: Autor, adaptado de (Tamagnini, 1919, pp.16–17; Tamagnini, 1923; Oliveira, 1994; CEP, 1919b)



No dia 26 de janeiro de 1918, o General Tamagnini recebe um telegrama da Secretaria da Guerra³⁷ com ordens para o CEP passar uma divisão, a quatro brigadas, para os britânicos e retirar as restantes forças da linha da frente. Terminaria assim a participação portuguesa como corpo de exército, com a passagem da 2ª Divisão para o comando do XI Corpo britânico (Tamagnini, 1919, pp.17–19).

A 25 de março, no decorrer de uma conferência com a 55ª Divisão, o General Haking, decide sacrificar as tropas portuguesas, em caso de ataque alemão de grande escala. Considerava impossível defender a Linha B e, por isso, teriam que defender a Linha das Aldeias, linha com várias fortificações de betão. Iria transmitir aos portugueses que a sua principal linha de resistência seria a Linha B. O plano do XI Corpo seria dispor, sem informar os portugueses, as suas forças ao longo da Linha das Aldeias, por considerar ser terreno melhor defensável (WO, 95/883, cit. por Pyles, 2012, p.79). Os britânicos estariam assim a planear conter a ofensiva alemã, em vez de a deter, consentindo a formação de salientes por forma a maximizar a atrição das forças alemãs (Neves, 2016).

No dia 4 de abril, teve lugar um evento que acelerou a rendição da 1ª Divisão portuguesa, pela 2ª Divisão a 6 de abril de 1918. O 7º Batalhão, da 2ª Brigada, recusou voltar às trincheiras da frente, após uma rotação na 2ª Linha. Nesta altura, contavam já com sete meses de permanência na frente (Pyles, 2012, pp.82–83).

A ordem nº197 do I Exército, de 5 de abril, previa já a integração da 2ª Divisão portuguesa no XI Corpo britânico (First Army, 1918a). A ordem nº198, do mesmo dia, acrescentava que a 2ª Divisão portuguesa e o comando do setor passariam para o XI Corpo às 07H00 do dia seguinte. As restantes unidades, incluindo o QG do CEP, deveriam iniciar movimento para a região de Samer (First Army, 1918b). A ordem é recebida, no mesmo dia, pelo XI Corpo que emite a ordem nº325, em conformidade. No dia 8 difunde a ordem nº328 referindo que a 50ª Divisão é transferida do XV Corpo para o XI Corpo, divisão que iria render as três brigadas portuguesas na frente e a reserva, na noite de 9 para 10 e de 10 para 11 de abril. O QG da 50ª Divisão estaria operacional em Lestrem às 10H00 do mesmo dia e o da 2ª Divisão portuguesa estaria pronto, à mesma hora, em Saint Venant. A mesma ordem informa que as brigadas rendidas da 2ª Divisão portuguesa seriam deslocadas para a área da reserva do XI Corpo e um batalhão de cada brigada ficaria sob as ordens do QG da 50ª Divisão para trabalhos diversos, até futuras indicações (XI Corps, 1918b).

³⁷ Marques (2004, p.91) refere que foi recebido a 18 de janeiro.



No dia 6 de abril, foi entregue ao comando do XI Corpo britânico a 2ª Divisão portuguesa, reforçada com uma brigada³⁸ da 1ª Divisão (Tamagnini, 1919, p.19). Esta última retirou da frente e a 2ª Divisão assumiu a defesa de todo o setor, anteriormente defendido pelas duas divisões (Pyles, 2012, p.84). Esta transferência surge na sequência da ordem de janeiro, da Secretaria da Guerra, e de uma reunião entre os Generais Horne e Tamagnini, que teve lugar no QG do I Exército a 2 de abril. Nesta, o General Horne propõe o emprego da 2ª Divisão, reforçada com uma brigada da 1ª, e a retirada da 1ª Divisão, agora deficitária, para a região de Samer. Seria assim possível proporcionar algum descanso e treino à 1ª Divisão e aprontá-la para rendição das brigadas na frente (Anderson, 1918).

A 1ª Divisão tinha permanecido nove meses nas trincheiras (um ano para alguns dos seus batalhões), e a 2ª Divisão tinha estado cinco meses, com algumas das suas unidades com oito meses de permanência (Pyles, 2012, p.81). Considerando o cansaço físico e o baixo moral das tropas portuguesas, o comandante do CEP solicitou ao comandante do I Exército a rendição de toda a infantaria portuguesa. Foi recebida a ordem para que, a 9 de abril, se rendesse uma brigada e no dia 10 se rendessem as restantes três (Tamagnini, 1919, p.20).

A ordem nº202 do I Exército, de 6 de abril, dá instruções ao XI Corpo para render a 2ª Divisão portuguesa, à exceção da sua artilharia, ocupando a frente com duas divisões britânicas em linha e constituindo a reserva do corpo com uma divisão. A rendição deveria ocorrer na noite de 9 para 10 de abril, devendo a divisão portuguesa constituir-se como reserva do I Exército e dirigir-se para Saint Venant e Aire, para descanso, treino e trabalho na defesa, sob as ordens do XI Corpo³⁹ (First Army, 1918c).

Na manhã de 9 de abril, a 2ª Divisão ocupava o seu setor, conforme dispositivo representado na Figura 12. Recebeu, da 1ª Divisão diversas unidades, salientando-se a 3ª Brigada, a 3ª Companhia de Sapadores-Mineiros e o 1º e 5º Grupo de Metralhadoras e do corpo um grupo de ciclistas e uma companhia de serviços auxiliares (CEP, 1918i, p.7). O dispositivo adotado não era o típico britânico. Normalmente uma divisão britânica defendia com duas brigadas na frente e com uma terceira em reserva, na 2ª Linha (Beça, 1922, pp.162–163). Conforme se poderá verificar na figura, a divisão portuguesa defendia o setor com três brigadas na frente e uma em reserva, acrescia ainda o problema da frente ser agora guarnecida por uma divisão, onde antes estavam duas. Após a saída da 1ª Divisão, a 2ª estendeu o seu dispositivo para cobrir todo o setor, deixando a linha mais fraca (Zabecki,

³⁸ 3ª Brigada.

³⁹ Informação corroborada no diário da campanha de dia 8 de abril (CEP, 1919b).



2006, p.183). Para além disso, a divisão deveria defender as duas primeiras linhas e o corpo deveria ocupar a Linha das Aldeias e a Linha do Corpo. Como o corpo não tinha tropas de reserva, a defesa dessas linhas ficou a cargo da 2ª Divisão, o que era manifestamente excessivo (Costa, 1918, p.2).

Da análise do dispositivo (ver Figura 12), e considerando o padrão inglês de acordo com a Figura 10, os QG dos três batalhões de apoio (Inf4, Inf 11 e Inf 3) estavam a cerca de 2km da frente, os QG das brigadas (5ª, 6ª e 4ª Brigada) entre 3 a 4Km, o da 2ª Divisão a cerca de 8Km e o do CEP a 17Km. É possível verificar que a grande maioria das subunidades estava instalada no terreno em conformidade com o padrão vigente, salientando-se apenas a posição do QG da 2ª Divisão um pouco mais recuada do que seria expectável.

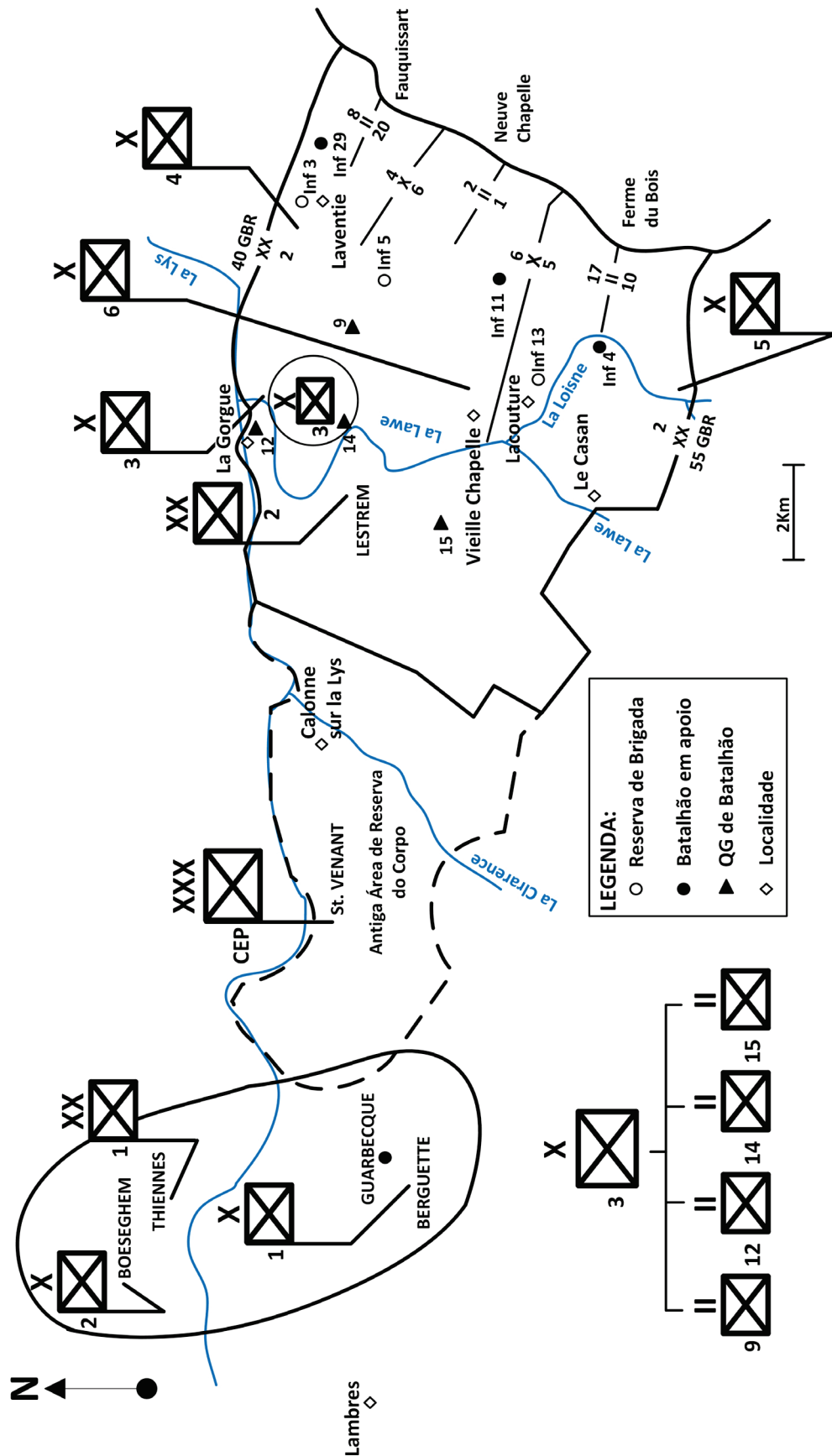


Figura 12 - Setor português no 9 de abril

Fonte: Autor, adaptado de (Oliveira, 1994, p.101 e 112; CEP, 1918a; CEP, 1918i)



3.2. A repartição até à batalha do Lys

O EM do CEP teve um papel determinante na reorganização da força, por forma a permitir que melhor se integrasse com os britânicos (Fraga, 2010, p.332). Desde a chegada à Flandres, até ao momento da ofensiva alemã, as forças portuguesas foram sujeitas a um processo progressivo de formação, conduziram algumas operações ofensivas e repeliram diversos ataques. A RO assegurou, ao longo deste período, a necessária coordenação com os britânicos e com as unidades orgânicas do CEP.

A 11 de maio de 1917, o 34º Batalhão torna-se a primeira força portuguesa a assumir um setor de defesa na frente (Tamagnini, 1919, p.16). As ações de combate conduzidas pela força portuguesa foram consideradas eficazes. A partir de junho, os alemães começaram a testar o dispositivo, sempre com boa resposta portuguesa (Ver Tabela 1). Efetuaram diversos ataques, sendo os de 12 e 13 de junho contra Ferme du Bois e Neuve Chapelle, e o de 12 de setembro⁴⁰ contra Neuve Chapelle e Mauquissart, particularmente intensos. A maior ação, com participação portuguesa em 1917, deu-se a 14 de agosto, com sucesso inicial. O ataque alemão contra o 15º Batalhão foi repellido, o segundo ataque penetrou a linha do 35º Batalhão, mas, com o apoio do 23º Batalhão, contra-atacou e repeliu os alemães fazendo cinco prisioneiros (Pyles, 2012, p.54). A 22 de novembro, os alemães atacaram o 29º Batalhão, da 3ª Brigada, sem sucesso. Dartford registou a ação referindo que vários oficiais portugueses, incluindo o comandante de companhia que repeliu o ataque, foram referenciados pela sua grande capacidade de liderança e calma debaixo de fogo (1ª Divisão, 1917, cit. por Pyles, 2012, p.58). A fonte citada, refere que o comandante da 3ª Companhia foi punido por não ter verificado a segurança da sua linha. Para além dele, foi punido um alferes e alguns soldados. Foi também assinalada a valentia da 2ª Companhia, sendo louvado um alferes e vários soldados (1ª Divisão, 1917).

Os portugueses conduziram também alguns ataques (ver Tabela 1), registados com satisfação pelo General Horne. Esses ataques cresceram em tamanho e audácia, à medida que a força portuguesa ia adquirindo experiência. Em setembro deram início a uma série de ataques bem sucedidos que se prolongaram até novembro (Pyles, 2012, p.56). O setor português permaneceu relativamente calmo, com operações de pequena envergadura. A partir de março de 1918, as ações de combate dos alemães intensificaram-se no setor, sendo sempre repelidos pela força portuguesa (Pyles, 2012, pp.66–71).

⁴⁰ Nesta data, contra a 1ª Divisão, já em setor desde 10 de julho, Tamagnini, 1919, p.17.



Tabela 1 - Operações com forças portuguesas

DATA/ PERÍODO	EVENTO	FONTE
4/04/1917	Ataque português, 28ºBat.	- Oliveira, 1994, pp.97
12 e 13/06/1917	Ataque alemão em Ferme du Bois e Neuve Chapelle (22º e 23ºBat). 1ªLinha evacuada. Contra-ataque com a Infantaria 28 e reforços ingleses repele os alemães.	- Pyles, 2012, p.54 - Oliveira, 1994, pp.97
2/07/1917	Ataque alemão. Tropas sob o Comando do Alf António Ernesto de Almeida repeliram o ataque.	- Oliveira, 1994, pp.97-98
4/07/1917	Ataque alemão. Um prisioneiro português e, dois alemães mortos e cinco feridos.	- Oliveira, 1994, pp.97
14/08/1917	Ataque alemão repellido, em Neuve Chapelle e Fauquissart, contra o 15ºBat. Um segundo ataque penetrou a linha do 35ºBat que, com o apoio do 23ºBat, contra-atacou e repeliu o IN.	- Pyles, 2012, p.54 - Oliveira, 1994, pp.97
24/08/1917	Ataque alemão repellido.	- Oliveira, 1994, pp.97
11/09/1917	Ataque alemão, contra Ferme du Bois e Neuve Chapelle, repellido.	- Oliveira, 1994, pp.97
12/09/1917	Ataque alemão contra os setores de Neuve Chapelle e Mauquissart.	- Pyles, 2012, p.54
17/11/1917	Raid de companhia, do 21ºBat. Um oficial alemão prisioneiro e cinco soldados. Operação considerada um grande êxito pelos britânicos.	- Oliveira, 1994, pp.98
22/11/1917	Ataque alemão contra o 29ºBat, da 3ªBrig, sem sucesso.	- Pyles, 2012, p.58
23/11/1917	Nova tentativa alemã, sem sucesso.	- Oliveira, 1994, pp.97
março 1918	Ataque 2ºBatalhão alemão (Brandenburg <i>assault troops</i>), às 05H00, em Neuve Chapelle, contra o 4ºBat da 5ªBrig. Penetraram a Linha B. O 4ºBat, com o apoio do 12º e 17ºBat contra-atacaram e repeliram o ataque.	- Pyles, 2012, pp. 66-67
02/03/1918	Ataque português durante a noite. Avançou até à linha de apoio alemã, sem encontrar IN.	- Pyles, 2012, p. 89
07/03/1918	O 15ºBat da 3ªBrig repeliu um ataque de cerca de 200-250 alemães.	- AHM, 1/35/144/167 - Pyles, 2012, p. 67
09/03/1918	Ataque português, por ordem do Gen Gomes da Costa, com 3 Pelotões do 21ºBat, da 1ªBrig, da 1ªDiv. O ataque penetrou a linha alemã e o IN abandonou a posição. A força portuguesa iniciou perseguição, infligindo pesadas baixas.	- Pyles, 2012, pp. 68-69 - AHM, 1/35/144/166
12/03/1918	Às 06H00, os alemães lançaram um assalto ao centro esquerdo do setor português, em 3 vagas. Ataque foi repellido.	- Pyles, 2012, p. 67
14/03/1918	Ataque alemão com 3 companhias e 2 patrulhas, contra os setores de Ferme du Bois e Neuve Chapelle. Os 5 ataques foram repellidos.	- Pyles, 2012, pp. 67-68 - AHM, 1/35/144/167
19/03/1918	2 Pelotões do 14ºBat da 3ªBrig avançaram para destruir um ponto forte alemão e abrigos.	- Pyles, 2012, p. 69

Fonte: Autor



Considerando a Tabela 1 e a informação registada no diário da campanha⁴¹ verificamos que, dos 18 eventos registados, existem 10 com correspondência no diário. Se considerarmos, nesta análise, apenas o período em que o CEP guarnecia a frente (5nov1917-6abr1918), dos 10 eventos registados apenas três não estão mencionados no diário. Aspeto indiciador de que a informação fluía entre o QG do CEP e as suas subunidades. Por outro lado, é também possível notar a intensificação de ações inimigas contra as linhas portuguesas no mês de março, talvez com o intuito de testar a reação portuguesa e identificar eventuais vulnerabilidades no setor. O General Hermann von Kuhl tinha já notado que as divisões portuguesas poderiam ser uma vulnerabilidade a explorar (Zabecki, 2006, p.101).

Foi também possível verificar, através da análise de vários documentos do AHM, que a RO elaborou diversos documentos, nomeadamente instruções, circulares, planos e ordens de operações, dando cumprimento às suas atribuições. Como exemplos mais relevantes, podemos referir o plano de defesa do corpo, elaborado entre janeiro e março de 1918⁴² e várias ordens⁴³, elaboradas quase diariamente, com indicações claras para as suas subunidades, acerca de atribuição de setores, rendições, etc. A RO, para além da manutenção do dispositivo defensivo, terá acompanhado pequenas operações ofensivas, planeadas e conduzidas essencialmente pelos baixos escalões, até batalhão provavelmente. Do estudo das diversas fontes, não foi possível identificar o planeamento nem a condução de operações de escalão brigada e divisão, levadas a cabo pela RO do CEP.

O plano de defesa, começa por definir o setor ocupado, a sua organização e os princípios de defesa a respeitar. De seguida faz uma avaliação do estado das linhas de defesa e identifica os melhoramentos a executar nas posições. Faz uma descrição detalhada do sistema defensivo, sublinhando que o CEP tinha a responsabilidade de defesa da 1ª Linha, Linha Intermédia e 2ªLinha, incluindo as passagens do rio Lawe, e competia ao exército a defesa da Linha do Canal (ver Figura 10). Descreve, de seguida, a ação provável do inimigo, assinalando que o setor poderia ser alvo de um forte ataque sem aviso prévio. Dá indicações para que os comandantes de divisão e brigada desenvolvam as ações necessárias para fazer face a um ataque, incluindo a elaboração de planos de defesa. Define ainda a disposição das

⁴¹ CEP, 1919b.

⁴² A análise do documento (CEP, 1918h), permite verificar que terá sido elaborado no início de janeiro. Existem sucessivas retificações e atualizações de partes do documento, cuja referência temporal mais recente é de 4 de março.

⁴³ Poderão ser encontradas no AHM, em 1/35/106/09.



diversas forças, ao longo das linhas de defesa (ver Figura 13), defesa essa que incluía duas brigadas britânicas na Linha do Corpo (CEP, 1918h, pp.2–10).

Em caso de ataque, a 1ªLinha seria mantida a todo o custo e, em caso de penetração da mesma, as reservas contra-atacariam sem esperar pela ordem. A ligação entre as brigadas, incluindo as britânicas, deveria ser mantida e as divisões deveriam prever a defesa dos flancos, no caso do inimigo penetrar nos setores dos corpos contíguos (CEP, 1918h, p.11).

Para além de detalhar o emprego da artilharia, da defesa antiaérea e “*anti-tank*”, e ainda das metralhadoras, descreve a forma como seria prestado o apoio dos dois corpos de exército britânicos que se encontravam nos flancos do CEP (CEP, 1918h, p.12). Pelo facto da força portuguesa não ter uma divisão em reserva, o I Exército determinou que o I e XV Corpos britânicos ocupariam a posição defensiva, com uma brigada cada (ver Figura 13). Por outro lado, se o ataque fosse dirigido contra o I ou XV Corpo⁴⁴, as brigadas portuguesas em reserva protegeriam os flancos dos respetivos corpos (CEP, 1918h, cap. I).

Existiam também indicações detalhadas para o emprego do “SOS”, no caso de um ataque importante inimigo. O sinal seria executado através de foguetes luminosos, e confirmado por telefone, e era dirigido para a artilharia adstrita aos batalhões. A artilharia, por sua vez, tinha já preparado os designados quadros de SOS, onde estava reunida toda a informação necessária para fazer fogo sobre os objetivos planeados (CEP, 1918h, p.Apd IV).

Prevvia ainda a defesa contra ataques de gases, construção e destruição de pontes (com informação detalhada nas passagens do La Loisne e Le Drumez), comunicações e procedimento para detenção e reunião de extraviados⁴⁵. Tratava-se, pois, de um plano de defesa detalhado, pensado para fazer face a um ataque alemão, e que assentava numa organização de forças semelhante à britânica.

⁴⁴ O Plano de Defesa faz referência ao I e XV Corpo. No entanto, outras fontes da época assinalam o XI e XV Corpos.

⁴⁵ Ver Anexo K e L e 2ªParte do plano de defesa.

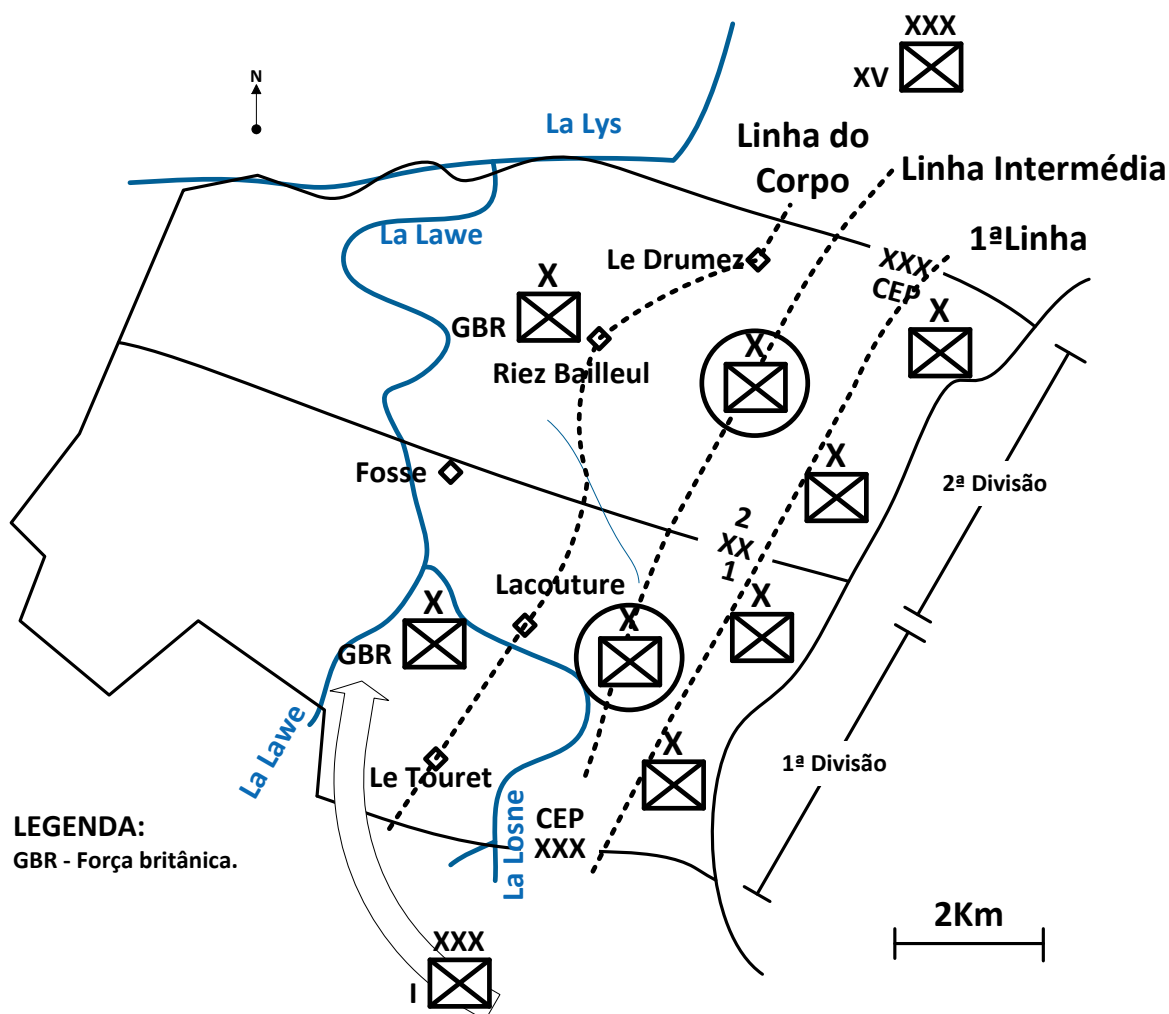


Figura 13 - Setor do Corpo Expedicionário Português

Fonte: Autor, adaptado de (CEP, 1918h)

Para além do plano de defesa, a RO coordenava as operações correntes da força portuguesa. A sua atividade neste âmbito é notória através das diversas ordens que emitiu.

A ordem nº23 do CEP, de 3 de abril, dava ordens à 2ª Divisão para assumir o setor às 07H00 ficando sob o comando do XI Corpo. A 1ª Divisão, após rendição, seguiria para Boeseghem e Guarbecque-Berguette, para posterior marcha para a retaguarda. A 5ª Brigada assumia o setor de Ferme du Bois, na noite de 5 para 6, e a 3ª Brigada ficava em reserva da 2ª Divisão (ver Figura 12). Acompanhava esta ordem uma nota que explicava a razão da diferença temporal entre a ordem nº198 do I Exército e esta última. No dia 2 de abril decorreu uma conferência, entre o comandante do I Exército e o comandante do CEP, onde foram decididas as ações a tomar. Desta conferência resultaram as duas ordens. A nº198 foi expedida no dia 5 e recebida no dia 6, a nº23 foi emitida dia 3, após informação verbal do conteúdo da nº198 (CEP, 1918a).



No dia em que o CEP entrega a defesa do seu setor ao XI Corpo, a RO emite a ordem nº24, de 6 de abril, determinando que as forças da 1ª Divisão, as tropas do corpo e o QG do CEP iriam retirar para a região de Samer, com o início do deslocamento a 8 de abril (CEP, 1918b). No dia seguinte, o CEP emite a ordem nº25, determinando que o seu QG iniciaria funcionamento em Samer às 12H00 do dia 12, o QG da 1ª Divisão em Desvres no dia 9, o QG da 1ª Brigada em Questrecques, no dia 8, e o da 2ª Brigada em Parenty, no dia 9 (CEP, 1918c).

3.3. A repartição na batalha do Lys

O ataque teve início às 04H15, do dia 9 de abril, com um intenso bombardeamento de artilharia. O resultado, quase imediato, deste bombardeamento foi o corte das comunicações. A violência foi tal que as linhas foram destruídas e os mensageiros ficaram impedidos de circular ou, na tentativa, foram mortos. O General Tamagnini afirmou que, pela quantidade de oficiais aprisionados pelos alemães, acreditava que o ataque não era esperado pelos que estavam à retaguarda da Linha B (Tamagnini, 1919, pp.48–49). Foi atingida toda a frente portuguesa e os QG do corpo, 2ª Divisão, brigadas e batalhões (CEP, 1919b).

A responsabilidade da defesa do setor português recaía agora na 2ª Divisão (ver Figura 12), comandada pelo General Gomes da Costa. No seu relatório preliminar, referiu que o bombardeamento de artilharia seguiu uma sequência dividida em sete períodos⁴⁶, cada um com objetivos diferentes. Pelas 07H00, a 1ª e 2ª linhas⁴⁷ estavam completamente destruídas e a infantaria alemã avançou com três vagas de assalto, com uma distância de 120 metros entre si. Este dispositivo era apoiado nos flancos por unidades alemãs, que penetraram nos pontos de junção entre a divisão portuguesa e as unidades britânicas adjacentes⁴⁸. A 50ª Divisão britânica⁴⁹ (à direita) apercebendo-se do avanço alemão, formou flanco defensivo na esquerda, facilitando a penetração alemã. No flanco da direita, chegaram ao QG da 5ª Brigada, que foi rapidamente conquistado, e alcançaram Lacouture cerca das 09H30, que lhes ofereceu resistência até às 16H30. A norte, no setor inglês, alcançaram a Linha B e entraram no setor português. Foram inicialmente detidos, mas a força portuguesa

⁴⁶ Para informação detalhada consultar (Costa, 1918, p.13).

⁴⁷ Estará a referir-se à linha A e B, respetivamente.

⁴⁸ Existiam mais dois pontos fracos no dispositivo que coincidiam com a junção das brigadas. A artilharia alemã concentrou fogos nesses quatro pontos, as tropas de assalto alemãs criaram corredores de infiltração, deixando espaço para as tropas regulares, que vinham atrás, entrarem e atacarem os portugueses e britânicos de flanco (Telo, 2016).

⁴⁹ Ao contrário do referido, a Divisão da direita seria a 55ª (CEP, 1918i).



acabou por retirar em direção ao 29º Batalhão. Em conjunto com este, fizeram frente às forças alemãs, acabando por chegar a Laventie com apenas três homens (Costa, 1918, pp.13–15).

À 3ª Brigada, em reserva, foi dada ordem para ocupar a Linha das Aldeias, logo após o início do bombardeamento, às 05H00. Gomes da Costa previa que estaria pronta nas suas posições, na pior das hipóteses, às 08H00, altura em que estaria em condições de sustentar o avanço alemão, até à chegada do XI Corpo. A brigada acabou por não ocupar a linha porque não teve tempo de reconhecer as posições e porque estava bastante desfalcada em oficiais. Teria havido tempo suficiente para a ocupar, os alemães apenas alcançaram o local às 09H30. Para além da ordem de ocupação da Linha das Aldeias, o General Gomes da Costa mandou o Capitão Robison, oficial de ligação britânico, informar o XI Corpo, e comunicou ao CEP a situação. Às 12H15 informou o XI Corpo do avanço alemão e recebeu ordem para deslocar o QG para Calonne sur la Lys. Pelas 13H40, já no local, recebeu ordem para a 2ª Divisão ocupar posições a oeste da ribeira Lawe, a fim de manter as passagens. Pouco tempo depois, o comandante do XI Corpo apercebendo-se da impossibilidade de cumprir a missão, mandou seguir para Saint Venan e Lambres (Costa, 1918, pp.19–24).

O colapso do dispositivo português era já esperado pelo I Exército e, por essa razão, posicionaram uma divisão britânica à sua retaguarda. Em caso de ataque, o XI e o XV Corpo estabeleceriam dispositivo defensivo, à frente do rio Lawe, com as reservas disponíveis. Assim que se deu o ataque, os britânicos posicionaram as suas unidades (ver Figura 14), tendo terminado as movimentações pelas 09H40. A partir desta altura estava estabelecido um dispositivo que permitiria conter os alemães. Cerca das 11H00, iniciaram-se os combates nesta linha, que duraram todo o dia. O dispositivo conteve o avanço até ao final da tarde, momento em que os alemães conseguiram concentrar a sua artilharia e retomar a progressão. Foi dada a ordem de retirada para a linha do Lawe, cerca das 17H30, tendo sido terminado pelas 20H00. Os britânicos ofereceram resistência, mas os alemães acabaram por conseguir atravessar o rio em alguns pontos e, com a ajuda da artilharia, começaram a empurrar a linha britânica para a retaguarda. Esta possibilidade tinha sido prevista. Os britânicos recuaram para uma outra linha, a cerca de uma milha⁵⁰ à retaguarda, preparada na noite anterior (Blades, 1999, pp.68–70). Às 08H00 do dia 10, os alemães não tendo munições, retiraram e os britânicos mantiveram as suas posições (Costa, 1918, p.22).

⁵⁰ Cerca de 1600 metros.

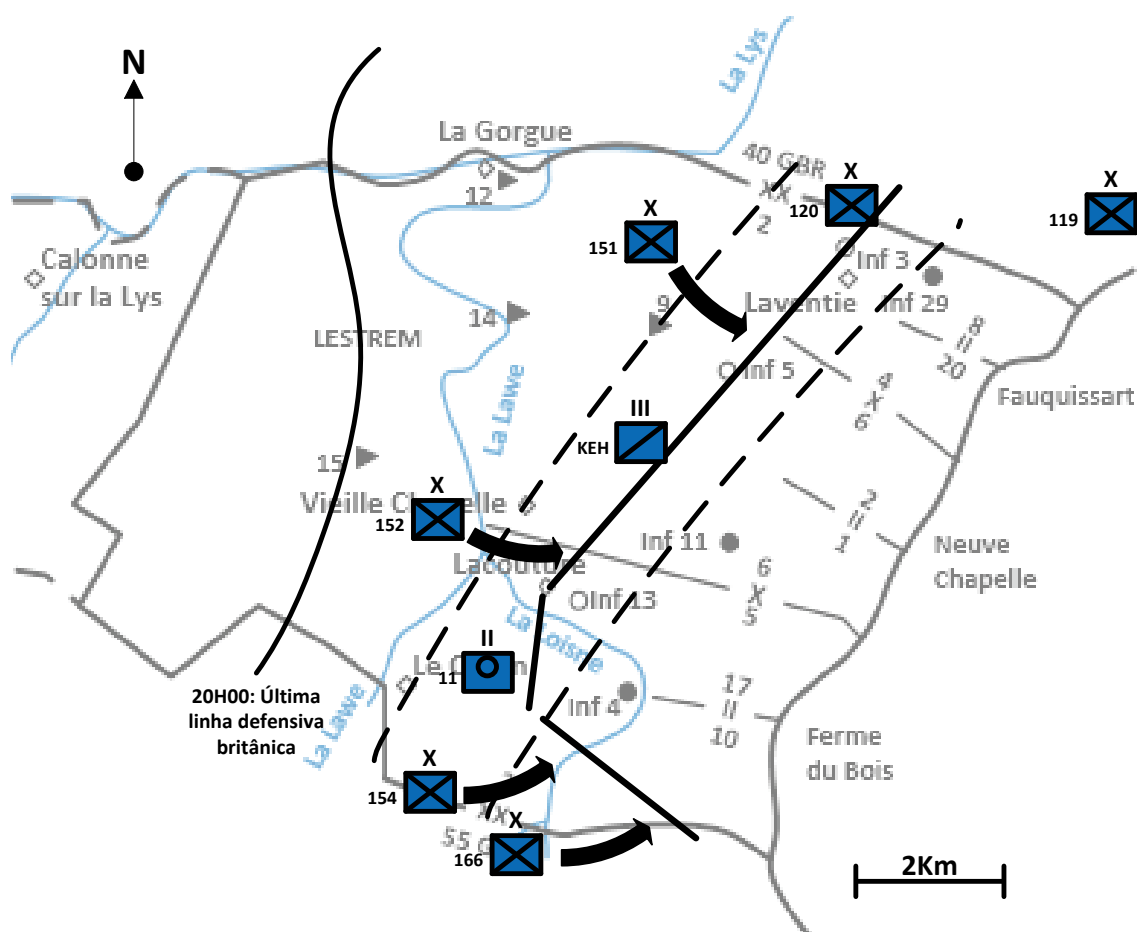


Figura 14 - Contenção do avanço alemão

Fonte: Autor, adaptado de (Blades, 1999, p.69; (CEP, 1918i)

A RO encontrava-se em Saint Venan, coordenando o deslocamento da 1ª Divisão para oeste. Não teve qualquer intervenção nas operações da 2ª Divisão. Naquela altura o CEP não tinha comando tático sobre ela e, mesmo que pretendesse intervir, não o conseguiria fazer em tempo. Os relatos do General Tamagnini e o diário da campanha do CEP, confirmam-no. O General viu passar soldados desarmados pela estrada ao longo do canal de Merville a Saint Venant e, apesar de já não exercer o comando tático da 2ª Divisão, mandou reuni-los e organizar unidades para emprego futuro (Tamagnini, 1919, p.51). As comunicações eram muito difíceis e, como a 2ª Divisão estava subordinada ao XI Corpo britânico, as suas ligações com a repartição estavam limitadas a uma linha. O QG do CEP, cumprindo o determinado pelo I Exército britânico, e não tendo qualquer tipo de responsabilidade tática



sobre a divisão empenhada, iniciou às 12H00 deslocamento para a região de Samer, sem conhecimento da gravidade da situação na frente (CEP, 1919b)⁵¹.

3.4. A repartição após a batalha do Lys

Às 12H00 do dia 9, o QG do CEP iniciou retirada de Saint Venan para Samer (ver Figura 15), conforme determinado pelo I Exército. As primeiras unidades, passam pela região, 45 minutos depois, num movimento desordenado, em virtude dos bombardeamentos que se faziam sentir por toda a parte. O QG do corpo interveio com algumas praças montadas, conseguindo regularizar o movimento. A 2ª Divisão recebeu ordem do XI Corpo para estacionar na área de Saint Venan-Guarbecque-Berguette-Thiennes⁵², o seu QG estava em Saint Venan às 17H00 e, à 01H00 do dia seguinte, mudava-se para Lambres. A infantaria começou a passar em Saint Venan às 04H00 (CEP, 1919b)⁵³.

No dia 10 de abril, a 1ª Divisão continuou a sua concentração na região de Samer e a 2ª Divisão concentrou-se na região de Therouanne, para depois seguir para o Samer. Na chegada a este local, o comando da 2ª Divisão passa para o CEP, conforme determinado na ordem nº101/669, de 10 de abril, do I Exército. Um dia depois, a 1ª Divisão tinha terminado a sua concentração e ainda não havia informação acerca da situação na frente, anteriormente ocupada pela 2ª Divisão. No dia 12, a RO elabora a ordem nº26, determinando a área de estacionamento da 2ª Divisão, que ia desde Landaque a Fromessent⁵⁴. O QG da divisão estabelece-se em Cormont e os das brigadas em Hubersent, Widehem e Frencq. Para além disso, a 3ª Brigada integrou-se na 1ª Divisão e a 2ª Divisão passaria para o comando do CEP assim que chegasse à área do corpo⁵⁵, conforme determinado na ordem nº101/669 do I Exército (CEP, 1919b).

No mesmo dia, a repartição expediu a nota RO/494 determinando que a 1ª Brigada se iria deslocar, dia 13 pelas 06H00, para a região de Blequin-Wismes, e que a 2ª Brigada, à mesma hora, marcharia para a região de Humbert-Fressin. Após chegada passavam para o comando da 16ª e 14ª Divisões britânicas, respetivamente, para a execução de trabalhos defensivos. Nomeia dois oficiais responsáveis pela ligação entre os QG, das divisões e das brigadas, e acrescenta que haveriam dois oficiais britânicos em cada QG de brigada e um em cada comando de batalhão. A análise do diário da campanha permite verificar que esta nota

⁵¹ Ver dia 9 de abril.

⁵² Corresponde à zona A da Figura 15.

⁵³ Ver dia 9 de abril.

⁵⁴ Corresponde à zona B da Figura 15.

⁵⁵ Informação consistente com o determinado na ordem nº26, onde estão enunciados todos os locais a ocupar e itinerários a seguir (CEP, 1918d).



surge na sequência de uma ordem telefónica do I Exército, transmitida através da Missão Britânica (CEP, 1919b).

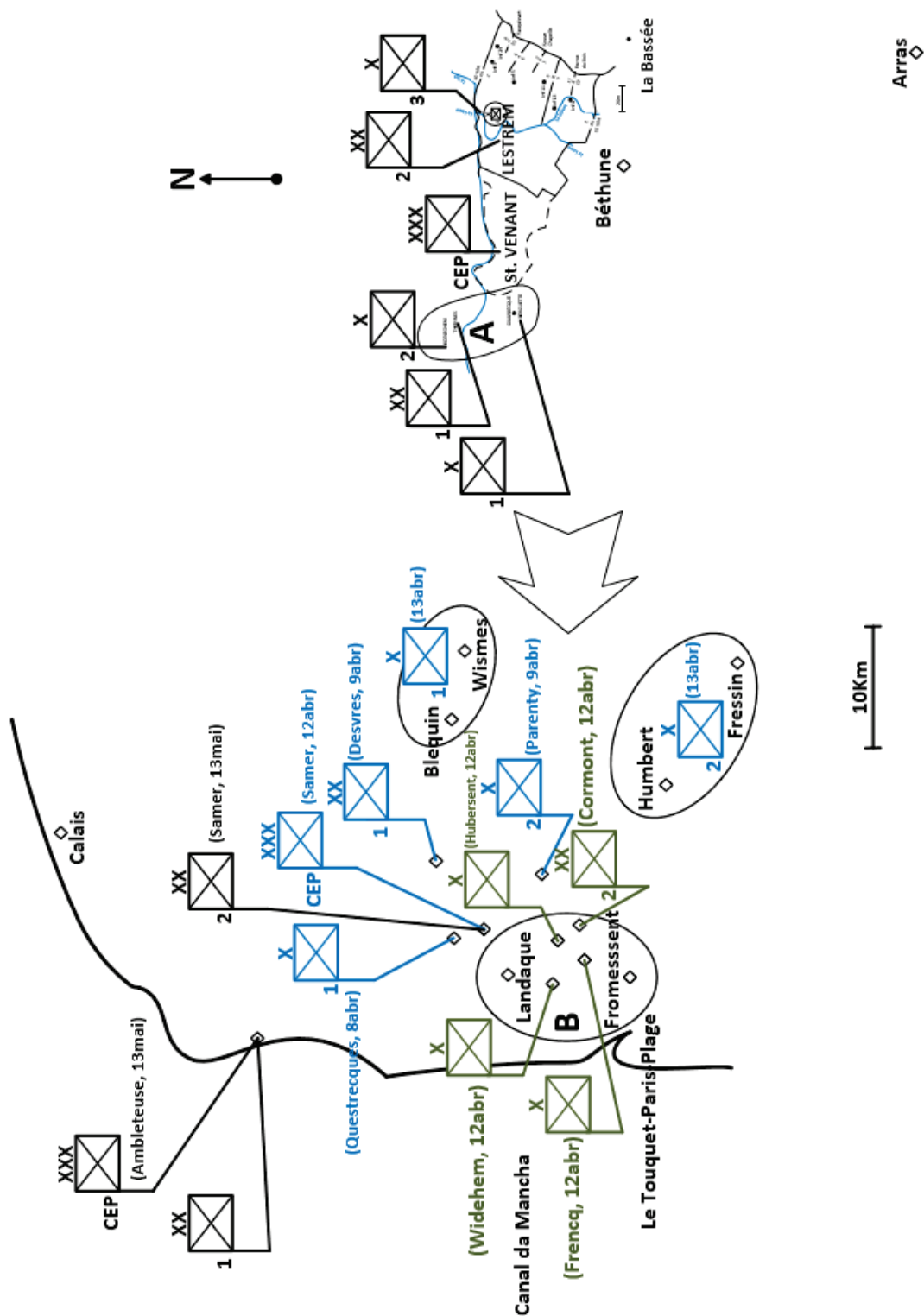


Figura 15 - Retração das forças

Fonte: Autor, adaptado de (Oliveira, 1994, p.112; (CEP, 1918i); CEP, 1918b; CEP, 1919^a; Henriques e Leitão, 2001, p.53)



Curiosamente, a análise das diversas ordens em arquivo mostra que a RO não elaborou este tipo de documentos durante um mês (ordem nº26, de 12abr1918, e ordem nº27, de 12mai1918), facto intrigante e que mereceu esclarecimentos adicionais. Efetivamente, neste período, foi possível verificar que a RO manteve a sua atividade de coordenação. Os registos encontrados no diário⁵⁶ comprovam isso mesmo. Nos dias que se seguiram, existem registos dos movimentos efetuados pelas diversas unidades portuguesas, da organização de novas unidades, da receção de ordens do I Exército, da receção e expedição de correspondência, da extinção de unidades desfalcadas e integração noutras, de pedidos de reforços urgente à Secretaria da Guerra e do acompanhamento da situação táctica no terreno. Para além disso, a repartição emitiu cinco notas nesse período. A nota RO/500 dava ordem de constituição de diversas unidades, para a execução de trabalhos defensivos nos setores da 14ª e 16ª Divisões britânicas. A RO/508 atribuía à 1ª Divisão a responsabilidade de organizar de um grupo de pioneiros. A RO/518 e a RO/519 autorizavam a marcha de uma companhia cada, para subordinação às divisões britânicas. A RO/568, dirigida ao I Exército, dava ordem de apresentação do General Gomes da Costa ao General Hull, para se ocupar das questões administrativas e disciplinares das tropas portuguesas, que se encontravam na 14ª e 16ª Divisões britânicas, e para se preparar para assumir o comando dessas tropas, assim que as unidades em falta se apresentassem. Foram também recebidas algumas notas, três do I Exército e uma da MMB. A nota nº1442/42, do I Exército, apesar de referir que a reorganização do corpo português deveria efetuar-se o mais cedo possível, informava da decisão de adiar a reorganização pela impossibilidade de libertar forças para um processo que levaria entre três a quatro meses. A nota nº1414/55, também do I Exército, ordenava a deslocação de unidades do CEP de Samer para Ambleteuse. Na sequência desta nota, a MMB emitiu a nota nº770 a esclarecer vários pontos do documento anterior, referindo nomeadamente a subordinação dessas unidades ao General comandante das linhas de comunicação. Finalmente, a nota nº1414/55, do I Exército, mandava marchar o QG da 1ª Divisão para a frente.

A ordem nº27, é emitida dia 12 de maio, e é a primeira a ser assinada pelo comandante interino do CEP, General Gomes da Costa. Nela se indica que o QG do corpo se desloca, dia 13, de Samer para Ambleteuse, pronto a partir das 18H00, e que o QG da 2ª Divisão se estabelece em Samer, pronto a partir das 12H00 do mesmo dia (CEP, 1918e). A ordem seguinte, só viria a ser elaborada a 18 de setembro, assinada já pelo General Garcia Rosado,

⁵⁶ CEP, 1919b.



em cumprimento de uma comunicação verbal do Chefe da MMB. A ordem nomeia o QG da 1ª Divisão, a 1ª, 2ª e 3ª Brigadas e ainda mais algumas unidades para apoio da divisão, indicando que terão em breve responsabilidades táticas. Determina ainda que os batalhões da 4ª Brigada serão dissolvidos e o seu pessoal integrado nos batalhões da 1ª, 2ª e 3ª Brigada. O restante pessoal retiraria para a retaguarda, para uma área a identificar pelo QG da 1ª Divisão, após coordenação com o QG do V Exército (CEP, 1918f).

3.5. Síntese conclusiva

As tropas portuguesas estiveram sujeitas à influência, nomeadamente, das características do terreno, dimensão do setor e dispositivo implementado, que tiveram impacto no seu desempenho. Em resposta à segunda questão “De que forma é que as particularidades do setor português influenciaram a repartição de operações e o desempenho operacional do CEP”, podemos referir que o terreno difícil de defender, as más condições nas trincheiras, a incapacidade de constituir uma reserva de corpo e a extensão excessiva do setor, foram particularidades do setor português com influência negativa no seu desempenho. Apesar das dificuldades, antes do 9 de abril, foram capazes de repelir todos os ataques alemães e conduzir ataques com sucesso. No 9 de abril a sua prestação não poderia ser outra, tendo em conta as circunstâncias. O impacto destas particularidades foi certamente maior nas forças do que na RO. Esta teve apenas que lidar com a falta de efetivos e problemas de disciplina no seu planeamento.

Relativamente à terceira questão “De que forma atuou a repartição de operações durante a sua permanência na Flandres”, foi possível verificar que grande parte das atribuições da RO foram cumpridas e podem ser encontradas explicitamente nas fontes consultadas. É o caso da redação de diretivas e ordens relativas à execução de operações e sua preparação, sendo o plano de defesa do CEP o melhor exemplo, a redação de um diário de campanha, um documento citado várias vezes neste trabalho, a organização e escrituração de diários de estacionamentos, que se encontra disponível no AHM⁵⁷ e a redação de relatórios semanais sobre operações⁵⁸. Outras atribuições também foram certamente cumpridas, de forma implícita, como o apoio ao CEM e a reunião de documentos e informação necessária às operações.

⁵⁷ 1/35/0106/03.

⁵⁸ 1/35/108/108.



Conclusões

Neste trabalho procuramos compreender o papel da RO no desempenho operacional do CEP, durante a participação militar portuguesa no TO ocidental. Para tal começamos por fazer uma revisão da literatura existente sobre o tema, incluindo fontes disponíveis no AHM e na Biblioteca do Exército e ainda bibliografia na Biblioteca do IUM. Posteriormente foram recolhidos os elementos necessários para a nossa observação, a partir das fontes e bibliografia considerada relevante. Demos, sempre que possível, prioridade aos dados recolhidos em fontes primárias e procuramos, na bibliografia, contextualizar alguns eventos.

Durante o período da beligerância, a RO do EM do CEP cumpriu grande parte das suas atribuições, que encontramos explicitamente referidas nos documentos que produziu, sendo os de maior relevância, o plano de defesa, o diário da campanha e as diversas ordens emitidas, no âmbito das operações correntes.

Definimos como objetivo geral deste trabalho a compreensão do impacto da atividade da RO no desempenho operacional do CEP. Consideramos ter atingido o objetivo geral, apesar de julgar que uma análise mais aprofundada, de toda a documentação existente no AHM, poderá trazer uma visão mais clara do trabalho da RO. Julgamos ter cumprido o primeiro objetivo específico, evidenciando a falta de uma terceira divisão, os problemas de rotação da força e a mobilidade limitada como aspetos de impacto negativo. Quanto ao segundo objetivo específico, terá sido alcançado no capítulo três, onde elencamos um conjunto de características do terreno e dimensões do setor, com impacto negativo no desempenho da força. No mesmo capítulo atingimos o terceiro objetivo, identificando a atividade realizada pela RO ao longo do tempo, cumprindo com as suas atribuições.

Em resposta à questão central, concluímos que, apesar das circunstâncias particulares descritas, a RO exerceu o papel coordenador que lhe competia, ao longo da intervenção portuguesa na GG, elaborando planos e emitindo as ordens necessárias para a execução das suas missões. Contribuiu assim para o normal desempenho da força. Das fontes consultadas não foram encontrados indícios de mau desempenho do CEP devido a erros cometidos pela sua RO.

Da nossa observação foi possível verificar que a força portuguesa foi empenhada em circunstâncias bastantes singulares, que não contribuíram para a sua boa prestação. Vivia-se num clima de guerra civil e a fragilidade do regime era propícia à entrada na guerra. O governo procurava forçar a beligerância, utilizando argumentos falsos para convencer os portugueses, com o intuito de gerar um sentimento de unidade nacional. A beligerância não



era uma opção unânime. Havia discordância na sociedade, incluindo entre os militares, e ao nível político, mesmo no próprio governo de Afonso Costa, havia um grupo que considerava que a beligerância forçada ia contra os interesses nacionais.

Portugal entra na GG com uma força que acaba por atingir a dimensão de escalão corpo de exército, a duas divisões. O Ministro da Guerra, Norton de Matos, manda constituir o CEP, nomeia como comandante o General Tamagnini e como CEM o Major Roberto Baptista.

A força seguiu para a Flandres sem equipamento nem treino adequado ao combate nas trincheiras. Portugal estava totalmente dependente dos britânicos, incluindo a projeção de forças, treino e equipamento. Por outro lado, a instabilidade política portuguesa não contribuiu para o esforço na frente. Com a subida ao poder de Sidónio Pais, dá-se uma reversão da política em vigor, resultando num enfraquecimento progressivo do CEP.

Entre militares as relações não eram as melhores. Os oficiais britânicos repudiavam a integração das tropas portuguesas e muitos oficiais portugueses eram contra a beligerância. Existiam problemas de comando, essencialmente porque não existia uma clara separação entre as dimensões política e a militar. O General Tamagnini era dos poucos que não era político. O seu relacionamento com o EM do CEP, em particular com Roberto Baptista, não era o melhor. Este último, era uma espécie de comissário político de Norton de Matos, usado para controlar o General.

O treino da força mobilizada não estava adaptado à realidade da frente ocidental. À chegada a França, foram alvo de formação específica em guerra nas trincheiras. Assim que concluíam o ciclo de formação, eram integradas em unidades britânicas e empregues na frente, para uma adaptação progressiva ao combate. Os oficiais acompanhavam os comandantes britânicos, incluindo o comandante do CEP e o seu EM, até estarem prontos para assumir autonomamente um setor. Esta metodologia de instrução permitiu uma adaptação progressiva à guerra na frente ocidental. Os resultados obtidos foram bons, de acordo com os relatos de oficiais britânicos, que salientaram a capacidade de aprendizagem rápida das tropas portuguesas. De salientar ainda a resistência de alguns oficiais portugueses, por acharem que os sargentos britânicos não eram dignos de dar aulas a oficiais. Outros problemas existiram e que afetaram o treino. A falta de munições impediu a realização de todos os exercícios previstos e os efeitos da vacinação deixavam os homens temporariamente indisponíveis.



O emprego de forças portuguesas na frente ocidental considerava já a nova forma de fazer a guerra. Foi essa a razão da projeção de uma divisão reforçada, com números que excediam o quadro orgânico. Já na Flandres, o EM do CEP elabora uma proposta tendo em consideração a sugestão do Chefe da MMB. O General Tamagnini apresenta-a ao Ministro da Guerra. A força atinge o escalão corpo de exército a duas divisões, mas, ao contrário dos corpos britânicos que contavam com três divisões, não tinha aviação nem artilharia pesada.

A estrutura regimental acabou por dar lugar às brigadas, constituídas por quatro batalhões. Esta reorganização era mais adequada à guerra das trincheiras, porque permitia dar algum descanso às tropas através da rotação de pessoal, e facilitava a integração de forças portuguesas com as britânicas. A rotação não era, no entanto, possível de efetuar entre a linha da frente e a retaguarda, pela falta de uma terceira divisão.

Para além destas diferenças, a força portuguesa tinha também um problema de mobilidade. A sua grande dependência aos meios de tração animal tinha um grande impacto na sua mobilidade que, de acordo com os critérios britânicos, estaria a meio da escala entre uma força estática e uma força móvel. Na prática, apenas seria capaz de manter uma linha defensiva. Teria grandes dificuldades em conduzir ataques em grande profundidade ou defesas com grandes movimentos para a retaguarda.

As características do pessoal que compunha o CEP eram também um aspeto negativo. O exército era agora uma sombra do que tinha sido. As fileiras tinham sido infiltradas por organizações políticas que partidizaram os militares e destruíram a disciplina. A ameaça, ainda vigente, da redução dos oficiais do quadro permanente e aumento dos milicianos e ainda a existência de organizações políticas, entre os soldados, contra a GG, foram fatores que dividiram as forças armadas. Esta divisão sentia-se também no corpo de oficiais, cuja maioria era contra o empenhamento de forças na Flandres e defendia o reforço nas colónias.

O terreno ocupado na região do Lys favorecia o ataque, se estivesse relativamente seco, e a defesa enquanto estivesse alagado. Por essa razão, um ataque de grande dimensão só seria expectável a partir de maio. Por outro lado, o terreno impunha dificuldades nos movimentos de norte para sul, pela existência de linhas de alturas paralelas ao Lys. A situação nas trincheiras era difícil. As temperaturas eram bastante baixas, a água fluía da frente alemã para a portuguesa e as condições de higiene e saúde eram más. O quotidiano nas trincheiras portuguesas era mais difícil do que noutros locais.

A organização do dispositivo era em tudo semelhante ao britânico, baseando-se num conjunto de linhas defensivas. O efetivo do CEP apenas permitia garantir uma defesa com



cerca de 6km de profundidade e, como apenas dispunha de duas divisões, não tinha capacidade de constituir uma reserva de corpo. Era uma vulnerabilidade que não existia nas forças britânicas. Para além dos problemas de profundidade, a frente do setor era demasiado extensa. No 9 de abril, os portugueses defendiam cerca de 11Km com 20 mil homens, enquanto que os EUA, com uma frente de 10Km, defendiam com 60 mil.

O setor português conheceu diversas reestruturações. A 1ª Divisão assumiu o seu setor, sob o comando do XI Corpo, e posteriormente a defesa foi entregue ao CEP. A 8 de janeiro a 1ª Divisão retirou para descanso e a 2ª Divisão, reforçada, assumiu a frente com três brigadas em primeiro escalão e uma em reserva. Na altura em que seriam rendidos, o setor foi atacado pelos alemães, altura em que as tropas portuguesas contabilizavam cerca de 260 dias consecutivos na linha da frente, situação que mais nenhuma força tinha vivido.

Os britânicos tinham decidido sacrificar as tropas portuguesas em caso de ataque alemão, atribuindo-lhes a Linha B como linha principal de resistência, e planeavam dispor as suas forças ao longo da Linha das Aldeias, por considerar ser terreno melhor defensável.

No dia do ataque, a frente portuguesa era defendida por uma divisão, onde antes estavam duas. Para compensar a saída da 1ª Divisão, o dispositivo foi estendido para cobrir todo o setor, deixando a linha ainda mais fraca. Para além disso, como o CEP não tinha reserva, a defesa da Linha das Aldeias e da Linha do Corpo tinha também que ser assegurada pela 2ª Divisão. Eram demasiadas responsabilidades para o efetivo disponível. Sob estas condições, não seria expectável um desempenho da força, em caso de ataque, muito diferente do ocorrido a 9 de abril.

A RO elaborou diversos documentos, onde se salientam o plano de defesa do corpo e as Ordens quase diárias para as operações correntes, dando cumprimento às suas atribuições.

O plano de defesa dava a responsabilidade de defesa de todo o setor ao CEP, excetuando-se a Linha do Canal que estava a cargo do exército. O plano dava ordens para as divisões e brigadas tomarem medidas para fazer face a um ataque alemão e para elaborarem o seu respetivo plano de defesa. Dava ainda indicações para as subunidades do corpo contra-atacarem, sem esperar pela ordem, em caso de penetração da 1ª Linha. Previa o emprego de duas brigadas britânicas para compensar a inexistência de uma reserva do CEP. Consideramos assim tratar-se de um plano de defesa detalhado, pensado para fazer face a um ataque alemão, e que assentava numa organização de forças igual à britânica.

Para além do plano, a RO coordenava as operações correntes, emitindo ordens quase diárias com indicações acerca da atribuição de setores de defesa, rendições, deslocamento



de forças e localização de postos de comando. A análise do diário da campanha evidencia o fluxo de informação que era mantido entre a RO, o escalão superior e os escalões subordinados. Não foi, no entanto, possível identificar o planeamento nem a condução de operações de escalão brigada e divisão, por parte da RO do CEP.

No 9 de abril, a RO deslocava-se para Samer. Coordenava o deslocamento da 1ª Divisão para oeste e não teve intervenção nas operações da 2ª Divisão, que estava sob o comando do XI Corpo britânico. Apenas existem relatos da intervenção do QG do CEP com algumas praças montadas, conseguindo regularizar o movimento de retirada das forças, que estava completamente desordenado.

Nos dias que se seguiram ao ataque, a RO manteve a coordenação das atividades das divisões. Emitiu diversas ordens, determinando as áreas de estacionamento das unidades em deslocamento, efetuando arranjos na organização de forças e ordenando vários deslocamentos. Curiosamente, não elaborou ordens durante um mês mantendo, no entanto, a sua atividade de coordenação através da emissão de notas e outros documentos.

Julgamos, com este trabalho, ter aberto o caminho e interesse para uma faceta da GG que normalmente não é abordada (o trabalho da RO). Adicionalmente esperamos ter contribuído para o estabelecimento de um ponto de partida para outras investigações, dentro desta temática. O conjunto extenso de fontes estudadas (ver Tabela 2) e referenciadas e ainda o material gráfico produzido facilitarão futuras investigações.

Consideramos, como principal limitação à nossa investigação, o tempo disponível face à grande quantidade de documentação existente, especialmente no AHM. Não nos foi possível esgotar, em revisão preliminar, todas as fontes disponíveis, nem proceder a uma análise exaustiva de todas elas. É igualmente importante referir que a impossibilidade de acesso a fontes primárias britânicas e alemãs constituiu-se também uma limitação.

Atendendo a esta limitação, e às fontes analisadas, sugerimos como eventuais linhas de investigação futuras, a análise do papel da RO durante a preparação da força em Portugal e projeção para a Flandres. Em virtude de termos detetado uma grande quantidade de material de arquivo no AHM, referente à 2ª Divisão, seria também pertinente estudar o papel do seu EM no desempenho operacional da divisão. Seria igualmente interessante estudar a ligação entre o EM do CEP e os EM das duas divisões. O AHM tem diversa documentação, elaborada por estes três órgãos de comando, que acreditamos permitir determinar o grau de concordância entre as ordens elaboradas pelo CEP e a sua execução ao nível das divisões.



Consideramos que as fontes britânicas⁵⁹ e alemãs poderão trazer novos dados para a investigação, pelo que recomendamos a sua análise. O caso particular de documentos escritos pelo Tenente-Coronel Charles Arthur Ker, Chefe da Missão Britânica para o CEP, e os diários do Capitão Richard Charles Gordon Dartford, oficial de ligação no QG da 4ª Brigada portuguesa, poderão trazer informação pertinente para estudos futuros nesta área. O diário, deste último, poderá ser consultado no Museu Imperial da Guerra, em Londres (Dartford Papers). Existem também diversos registos depositados no *War Office*, em Londres⁶⁰, que têm informação acerca da decisão do General Haking sacrificar as tropas portuguesas, que poderão contextualizar de forma mais clara a decisão.

Dos fatores que influenciam o desempenho operacional, enunciados no primeiro capítulo, podemos concluir que o CEP tinha as condições necessárias que lhe permitiam uma boa integração com as forças britânicas, porque estava organizado da mesma forma. Tinha, no entanto, capacidade limitada de fazer rodar o pessoal na frente de combate e não dispunha de artilharia pesada nem aviação. O treino, em especial o recebido nas escolas britânicas, contribuiu para o bom desempenho, comprovado em diversas operações realizadas pelas tropas portuguesas. Finalmente, a liderança terá sido o fator que menos contribuiu para o bom desempenho da força. O caso mais visível terá sido o fraco desempenho da 3ª Brigada no 9 de abril, pela falta de oficiais, e a divisão que existia entre o corpo de oficiais, quanto à beligerância.

⁵⁹ Ver (IWM, 2016).

⁶⁰ Particularmente WO, 95/883, cit. por Pyles, 2012, p.79.



Fontes Impressas

- 1ª Divisão, 1917. *Raid alemão de 10 de novembro de 1917 sobre Ferme du Bois*. [documento datilografado], 1/35/144/163. Lisboa: AHM.
- Anderson, W., 1918. *Notes on Interview between General Sir H. S. Horne, K.C.B., K.C.M.G., commanding First Army, and General F. Tamagnini, K.C.B., commanding Portuguese Expeditionary Force*. [documento datilografado] Conferências - comandos ingleses e portugueses, 1/35/108. Lisboa: AHM.
- Beça, A., 1922. *Lições da Grande Guerra*. Lisboa: Tip. da Empresa Diário de Notícias.
- Carnegie, L. e Soares, A., 1917. *Memorandum of the Arrangements for the Employment of Portuguese Troops in the British zone of Operations in France*. [documento datilografado], 1/35/1250/9. Lisboa: AHM.
- CEP, 1916. *Mobilização: Quadros orgânicos das unidades e formações - 1ª Parte, Pessoal*. Lisboa.
- CEP, 1917. *Ordens de Batalha do CEP 1917*. [documento datilografado] Ordens de Batalha do Corpo Expedicionário Português, 1/35/105. Lisboa: AHM.
- CEP, 1918a. *Ordem Nº 23*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.
- CEP, 1918b. *Ordem Nº 24*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.
- CEP, 1918c. *Ordem Nº 25*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.
- CEP, 1918d. *Ordem Nº 26*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.
- CEP, 1918e. *Ordem Nº 27*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.
- CEP, 1918f. *Ordem Nº 28*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.
- CEP, 1918g. *Ordens de Batalha do CEP 1918*. [documento datilografado] Ordens de Batalha do Corpo Expedicionário Português, 1/35/105. Lisboa: AHM.
- CEP, 1918h. *Plano de Defesa do Corpo*. [documento datilografado], 1/35/0113/121. Lisboa: AHM.
- CEP, 1918i. *QGC Rep d'Operações: Situação das unidades na manhã do dia 8-abril-1918*. [carta topográfica], 1/35/115/232. Lisboa: AHM.



- CEP, 1919a. *Ordens de Batalha do CEP 1919*. [documento datilografado] Ordens de Batalha do Corpo Expedicionário Português, 1/35/105. Lisboa: AHM.
- Corpo Expedicionário Português, 1919a. *Corpo Expedicionário Português: I Organização*. Paris: Imp. Bourse de Commerce.
- Corpo Expedicionário Português, 1919b. *Corpo Expedicionário Português: III Serviço Interno nas Unidades e Formações*. Paris: Imp. Bourse de Commerce.
- Costa, G. da, 1918. *Relatório sumário do comandante da Divisão, General Gomes da Costa*. [documento datilografado], 1/35/1344/12. Lisboa: AHM.
- First Army, 1918a. *First Army Order Nº197*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Inglês, 1/35/106/1. Lisboa: AHM.
- First Army, 1918b. *First Army Order Nº198*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Inglês, 1/35/106/1. Lisboa: AHM.
- First Army, 1918c. *First Army Order Nº202*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Inglês, 1/35/106/1. Lisboa: AHM.
- Matos, N., 1917. *Ofício de 22 de Fevereiro de 1917*. [documento datilografado], 1/35/1178/5. Lisboa: AHM.
- Secretaria da Guerra, 1917. *Ordem do Exército Nº1, 1ª Série*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, 1904. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Primeira Parte Principios e Regras Geraes*. Regulamentos). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, 1908. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte Instruções para o Serviço dos Quartéis Generaes em Campanha*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Tamagnini, F., 1919. *Relatório sobre o CEP 21Fev1917 a 24Ago1918 do Gen Tamagnini*. [documento datilografado] Relatórios dos Comandantes do CEP, 1/35/1294/5. Lisboa: AHM.
- Tamagnini, F., 1923. *Os meus três comandos (transcrição de Isabel Pestana Marques)*. Viseu: SACRE.
- XI Corps, 1918a. *Memorandum XI Corps G.T. 205*. [documento datilografado], 1/35/120/80. Lisboa: AHM.
- XI Corps, 1918b. *XI Corps Order Nº328*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Inglês, 1/35/106/1. Lisboa: AHM.



Fontes Manuscritas

- CEP, 1919b. *Diário da Campanha de 3 de Março de 1917 a 30 de Junho de 1919*. [manuscrito], 1/35/111/840. Lisboa: AHM.
- César, V., s.d. *A batalha da Flandres em abril-maio de 1918*. [manuscrito] Batalhas da 1ª Guerra Mundial, FP/25/7/322/02. Lisboa: AHM.

Bibliografia

- Amaral, M., 2008. *O Corpo Expedicionário Português, de 1916 a 1919*. [Cronologia da participação portuguesa na primeira Guerra Mundial] O Portal da História. Disponível em: www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgm1916.html [Acedido em 13 Nov. 2015].
- Anon, 2013. *Transporte Tropas*. [Em linha] Momentos de História. Disponível em: www.momentosdehistoria.com/MH_02_01_Marinha.htm [Acedido em 15 Abr. 2016].
- Batalha de La Lys*. 2006. [documentário vídeo] R. Almeida. Portugal: RTP. Disponível em: <http://ensina.rtp.pt/artigo/batalha-de-la-lys-documentario> [Acedido em 5 Feb. 2016].
- Blades, G.D., 1999. *The Battles of the Lys: the British army on the defensive in April 1918*. M. Phil Thesis. [Em linha] King's College London. Disponível em: <http://nickpowley.com/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/THESIS.pdf> [Acedido em 4 Jan. 2016].
- Blake, R. and Blake, B., 2016. *David Lloyd George | prime minister of United Kingdom*. [Em linha] Encyclopedia Britannica. Disponível em: <http://www.britannica.com/biography/David-Lloyd-George> [Acedido em 27 Abr. 2016].
- Conferência Portugal na Grande Guerra*. 2016. Defesa Nacional RTP. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=h4oyJDxFxJA [Acedido em 20 Abr. 2016].
- Cruz, H.M.G. da, 2014. *Portugal na Grande Guerra: a construção do «mito» de La Lys na imprensa escrita entre 1918 e 1940*. Tese de Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa.
- Duffy, M., 2009a. *First World War.com - Who's Who - Sir Arthur Currie*. [Em linha] firstworldwar.com. Disponível em: www.firstworldwar.com/bio/currie.htm [Acedido em 7 Jun. 2016].



- Duffy, M., 2009b. *First World War.com - Who's Who - Sir Douglas Haig*. [Em linha] firstworldwar.com. Disponível em: www.firstworldwar.com/bio/haig.htm [Acedido em 7 Jun. 2016].
- Ferreira, 2014. *A doutrina e o treino militar na I República: O emprego de forças terrestres na I GM*. IESM.
- Fraga, L., 2003. *Guerra e marginalidade. O comportamento das tropas portuguesas em França 1917-1918*. Lisboa: Prefácio.
- Fraga, L., 2010. *Do Intervencionismo ao Sidonismo: os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Henriques, M. and Leitão, A., 2001. *La Lys-1918-Os Soldados Desconhecidos*. Prefácio. IESM, 2015. *NEP/ACA-010 Trabalhos de Investigação*. Pedrouços: IESM.
- IWM, 2016. *Private Papers of Captain R C G Dartford MC*. Imperial War Museums. Disponível em: www.iwm.org.uk/collections/item/object/1030019999 [Acedido em 26 Abr. 2016].
- Joint Chiefs of Staff, 2016. *Joint Publication (JP) 1-02, Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*. [Em linha] DoD. Disponível em: www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf [Acedido em 15 Mar. 2016].
- Krause, J., 2015. Western Front. In: *International Encyclopedia of the First World War*. [Em linha] University of Oxford. Disponível em: http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/western_front.
- Marques, I., 2003. *Comportamentos de Guerra*. Nova História Militar de Portugal. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Marques, I., 2004. *Memórias do General 1915-1919: 'Os meus três comandos' de Fernando Tamagnini*. Viseu: SACRE.
- Martinho, M., 2014. *O impacto da Grande Guerra no pensamento militar português*. IESM.
- NAM, 2014. *Major-General Nathaniel Barnardiston | Soldiers' Stories | WWI*. [Em linha] National Army Museum, London. Disponível em: www.nam.ac.uk/microsites/ww1/stories/major-general-nathaniel-barnardiston [Acedido em 2 Mai. 2016].
- Neves, N., 2016. *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra*. [Entrevista]. Pedrouços (8 de fevereiro de 2016).
- Oliveira, R., 1994. *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.



- Pyles, J., 2012. *The Portuguese Expeditionary Corps in World War I: From Inception to Destruction, 1914-1918*. Tese de Dissertação de Mestrado em Arte. University of North Texas. Disponível em: <http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc115143> [Acedido em 21 Abr. 2016].
- Ribeiro, F., 2014. *O perfil do oficial do Serviço de Estado-Maior na Grande Guerra*. IESM.
- Salvado, N., 2014. *Da Divisão Auxiliar ao Corpo Expedicionário Português: geração de forças*.
- Telo, A., 2013. *Portugal e a Grande Guerra. Os condicionantes gerais*. [Em linha] Disponível em: www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas%20externas/ArtigosTextos/Beligerancia_Portuguesa/index.html#/0 [Acedido em 5 Mai. 2016].
- Telo, A., 2014. Um enquadramento global para uma guerra global. *Nação e Defesa*, (139), pp.8–33.
- Telo, A., 2016. *O Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português*. [Entrevista]. Amadora (13 de maio de 2016).
- Zabecki, D.T., 2006. *The German 1918 Offensives: A Case Study in The Operational Level of War*. 1 edition ed. London; New York: Routledge.



Anexo A — Memorandum entre o governo português e britânico

80
25

C O P Y

S E C R E T

MEMORANDUM OF THE ARRANGEMENTS FOR THE EMPLOYMENT OF PORTU-

GUESE TROOPS

IN THE BRITISH ZONE OF OPERATIONS IN FRANCE

~~~~~



I

S E C R E T.

MEMORANDUM OF THE ARRANGEMENTS FOR THE EMPLOYMENT OF PORTUGUESE FORCES IN THE BRITISH ZONE OF OPERATIONS IN FRANCE.

1---The British and Portuguese Government agree that Portugal shall send immediately to the theatre of operations in Western Europe an Expeditionary Force to co-operate with the British Army. This Expeditionary Force to be composed at the outset of the following units and formations, viz:-

One Divisional Headquarters.

Three Infantry Brigades (18 battalions)

Four Machine-Gun Groups (64 machine guns)

Four Groups (each three batteries) Field Artillery (48 guns)

Three Groups (each two batteries) Field Howitzers (24 guns)

Four Companies Engineers.

One Group (two squadrons) cavalry.

Personnel for Engineering, Artillery, Medical, Veterinary and Administrative Services.

Personnel for Depôts, corresponding to the requirements of the above-mentioned Expeditionary Force.

2--- In view of the necessity of all the Allies co-ordinating their efforts the Portuguese Expeditionary Force will, subject to tactical requirements, act always as a whole under the command of a Portuguese General officer, in accordance with decisions of the General Officer Commanding-in-Chief the British Armies in France, from whom the Portuguese Headquarters will receive any necessary instructions relative to military operations and training.

3---Should the General Officer Commanding-in-Chief the British Armies in France find it convenient to group the Portuguese Expeditionary Force



I 1

with a British force, the command shall be vested in the commanding officer of the ~~xxxxxxx~~ higher rank.

N.B.--The rank of the General Officer Commanding the Portuguese Expeditionary Force will correspond to that of a Lieutenant-General in the British Army.

- 4--- The Portuguese Expeditionary Force will be given final instruction in the actual methods of modern warfare in a Camp (or Camps) of Instruction in France. This instruction will be imparted by Portuguese officers in accordance with instructions received from the General officer Commanding-in-Chief the British Armies in France. With this object, Portuguese officers of the various arms, &c., will attend schools especially established in order to become familiar with these methods.
- 5--- Two or more Portuguese Staff officers, as required, will be appointed by the Portuguese ~~Government~~ Government as representatives of the Portuguese Commander with the British Headquarters in the field. Of these, one will be attached to the General Headquarters of the General Officer Commanding-in-Chief the British Armies, and another to the Headquarters of the General Officer Commanding the British Lines of communication.
- 6--- The Portuguese Government will nominate a colonel, with a suitable staff, to assume the command and control of all depôts and establishments at the Base and on the Lines of Communication connected with the Portuguese Expeditionary Force.  
This officer will be subordinate to the General Officer Commanding the British Lines of Communication in all matters concerning the Lines of Communication.
- 7--- The whole cost of the Portuguese forces thus employed will be borne by the Portuguese Government.
- 8--- All expenses incurred by the British Government, including cost of land or sea transport, rations, forage, arms and other equipment, medi-





I I I

cal services, & c., will be recovered from the Portuguese Government in such manner as may be arranged later between the two Government. The British Government and the British military authorities will not be concerned with the issue of pay, money allowances, pensions or other emoluments ~~xxx~~ to the personnel of the Portuguese forces, whether or not it may be agreed subsequently to meet any of these items out of British credits.

9---The British Government will furnish whatever material the Portuguese Government may require, and which the latter may consider necessary to complete the equipment of the Portuguese Expeditionary Forces. The British Government will also guarantee the provision of supplies during the campaign under the conditions set forth in paragraph 7 and 8.

All war material which the Portuguese Expeditionary Force may bring with it to France, for which other material material is substituted, will be returned to Portugal as soon as the substitution has taken place, and will be used for the instruction of troops in Portugal.

10---Transport to the port of disembarkation and to the zone of operations, of the Portuguese troops, animals and materiel of the Expeditionary Force, as well as any such transport effected during the campaign, will be entrusted to the British Government. For this purpose the British Admiralty will co-operate will provide the necessary embarkation staff at the points of embarkation in Portugal to assist the Portuguese authorities. All transport to be effected on the Lines of Communication, for the supply of the Portuguese Expeditionary Force, will be guaranteed and administered by the British military authorities.

11---Naval escort for the Portuguese forces during sea transport will be provided by the British Admiralty, but at least one Portuguese warship will form part of the escort.

12---The British Government will supply the Portuguese troops with rations, forage, &c., these supplies to be similar to those laid down for the British forces in the field, with the exception that coffee shall be substituted for tea, and that a ration of wine shall be added.



I V

These two latter commodities will be supplied by the Portuguese Government.

The General Officer Commanding-in-Chief the British Armies in France will organise such depôts and workshops as the General Officer Commanding the Portuguese troops may consider indispensable.

The cost of rations, forage, &c., supplied to the Portuguese troops will be recovered from the Portuguese Government, as prescribed in paragraph 8.

13--- The replacement of casualties amongst personnel and animals in the Portuguese forces will be the concern of the Portuguese Government. Transport will be provided by the British and Portuguese Government as provided by paragraph 10.

14--- The making-good of war materiel expended by the Portuguese forces will, in principle, be the concern of the Portuguese Government. Where, owing to re-armament of the Portuguese forces having been carried out by the British Government, repairs and replacements are necessarily carried carried out by the British Government, the cost thereof will be recovered from the Portuguese Government as provided in paragraph 8.

15--- Any transport, additional to that provided in the establishment of the Portuguese forces, which may be found necessary by the Portuguese Headquarters, will be provided by the British Government. Such additional transport may consist of materiel only, in which case the Portuguese force will supply the requisite personnel; or, complete British units may be allotted, temporarily or otherwise, at the discretion of the General Officer Commanding-in-Chief the British Armies, for service with the Portuguese troops. No liability will attach to the Portuguese Government in respect of the cost of such British units, but where materiel is provided for the exclusive use of the Portuguese forces, its cost will be recovered as provided in paragraph 8.

16--- The evacuation of personnel, animals, and materiel from the zone of op-





V

- rations of the Portuguese forces, including transport to points of disembarkation in Portugal, will be undertaken by the British and Portuguese Governments, the cost incurred by the British Government being recoverable as provided in paragraph 8. A similar arrangement will apply to the return to Portugal of the Portuguese forces, after the conclusion of hostilities.
- 17---The General Officer Commanding the Portuguese Expeditionary Force will arrange with General Officer Commanding-in-Chief the British Armies in France for the disposal of prisoners and prizes of war that may be taken by the Portuguese troops.
- 18---Portuguese sick and wounded will be treated as far as possible by the Portuguese Medical Formations and Hospitals, but the British authorities will render any necessary assistance when the numbers of sick and wounded exceed the capacity of these establishments. In the event of such British assistance being required, the Portuguese Government will supply some medical officers to co-operate with the British in the treatment of Portuguese patients.
- 19---The operations of the Portuguese Red Cross will be restricted to such services as may be determined by the General Officer Commanding the Portuguese Expeditionary Force in consultation with the General Officer Commanding-in-Chief the British Armies in France.
- 20---An arrangement similar to that provided in paragraph 18 for personnel shall apply to sick and wounded animals of the Portuguese forces.
- 21---To prepare for the arrival of the Portuguese troops in France, such advance parties as may be found necessary will be sent in advance of the troops, under arrangements to be notified later.
- 22---The administration of military law and the discipline of Portuguese troops, whether at the front or on the Lines of Communication, will be exclusively the concern of the Portuguese Officers commanding such troops. Punishments will be inflicted by Portuguese Commanding Officers in accordance with Portuguese law.



V I

23--- Such supplemental agreements as may be necessary, for example, in order to regulate matters connected with administration, maintenance, supply, equipment, &c., will be drawn up by officers deputed for those purposes by the General Officer Commanding-in-Chief the British Armies, and by the Commander of the Portuguese forces.

January 3 th 1917

(signed) Lancelot D. Carnagie.

(signed) Augusto Soares.







## Apêndice A — Material do Arquivo Histórico Militar consultado e analisado

Tabela 2 - Material consultado e analisado

| Código                          | Fonte/Bibliografia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PT/AHM/FO/006/50/904/1</b>   | Arquivo Histórico Militar, 2015ae. <i>PT/AHM/FO/006/L, SR50, Cx904 Nº1</i> . Correspondência entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Guerra acerca de notícias publicadas na imprensa de Nova York, sobre a batalha de 9 de abril de 1936, cópia do relatório do comandante do CEP General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, 1936. |
| <b>PT/AHM/FP/21/5/301</b>       | Arquivo Histórico Militar, 2015ag. <i>PT/AHM/FP/21/5</i> . Manobras Inglesas.                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>PT/AHM/FP/59/4/920/100</b>   | Arquivo Histórico Militar, 2015ai. <i>PT/AHM/FP/59/4/920/100</i> . Corpo Expedicionário Português.                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0630</b>     | Instruções; Circulares; Operações.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0120/80</b>  | Documentos ingleses e alemães (Publicações 2º. Semestre 1818 – 1819 e recibos de documentos).                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0115</b>     | Defesa Situação do inimigo em várias épocas - Escapar à defesa da 1ª e 2ª. Divisão - Trabalhos de organização defensiva até 5ABR18 - Defesas das Baterias - Camuflagens.                                                                                                                                                                                     |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0106/09</b>  | Ordens de Operações do Exército Português.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0107</b>     | Relatórios Ingleses de Operações desde janeiro de 1917 a julho de 1918.                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0110</b>     | Ordens de Batalha: Do Aisne entre Soissons e Reims; da ofensiva Anglo-Francesa ao sul do Somme; La Lys e Ypres - 9 de abril de 1918; Alemães na frente ocidental; Alemães em períodos de pouca atividade; Portugueses e ingleses.                                                                                                                            |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0111/079</b> | Ordens de Batalha: Do Aisne entre Soissons e Reims; da ofensiva Anglo-Francesa ao sul do Somme; La Lys e Ypres -9 de abril de 1918; Alemães na frente ocidental; Alemães em períodos de pouca atividade; Portugueses e ingleses.                                                                                                                             |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0109/07</b>  | Ordens de Batalha do Sul de Somme; do Somme; da Flandres em 1917 (MAPAS).                                                                                                                                                                                                                                                                                    |



|                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0106/02</b>  | Ordens dos Comandantes Ingleses General Sir H.S. Horne; Tenente General R.C.B. Haking; General Sir W.R. Birdwood; General Sir H.E. Walts; vários.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0106/01</b>  | Ordens de Operações do Exército Português; do Exército Inglês; de Brigada de Infantaria.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0114/126</b> | Organização Defensiva: Trabalhos de Engenharia 1917; Trabalhos de Engenharia 1918                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0114/125</b> | Planos de Defesa Subsector de Boutillierie; Sector de Flamengerie; Linha de Lillers-Stembecquer - Sector de Esquerda; Linha de Lillers-Steenbecque - Sector do Centro; Sector do Canal; Sector do Subsector do Centro; Sector do Subsector de Esquerda; Serviços Administrativos.                                                                                                                                                                                             |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0112</b>     | Planos de Defesa dos Corpos e Divisões Inglesas. Dos Corpos ingleses Das Divisões inglesas. Conservação: Das Defesas - 1º semestre de 1917; das Defesas julho a setembro de 1917.                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0113</b>     | Planos de Defesa das Brigadas de Infantaria. Dos Sectores do Corpo Expedicionário Português. Da 1ª Divisão. Da 2ª Divisão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0118</b>     | Trabalhos de Defesa: Arame farpado (Mapas de trabalhos da 1ª Divisão 1917; Relatórios de Engenharia sobre trabalhos de 1917; Mapas da 2ª Divisão 1918; redes) Trabalhos executados (Relatórios e Quadros).                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/1389</b>     | Ordens de Operações: - fevereiro a abril de 1918.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/1245/29</b>  | Instruções sobre o modo de obter informações do inimigo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/1250/09</b>  | Convénio Militar com a França e Inglaterra em 1917 sobre o emprego das forças na Grande Guerra. Correspondência sobre o pedido de destroyers, projeto de convenção no <i>front</i> Ocidental francês, memorandum sobre a cooperação das tropas portuguesas na zona inglesa das operações de França, base para a convenção entre o governo Português e Inglês acerca da cooperação da divisão auxiliar Portuguesa nas operações dos exércitos aliados e material de Instrução. |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0686/04</b>  | Instruções, Circulares, Ordens de operações.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0705/11</b>  | Reorganização de Unidades: Rendições; Constituição do QG do CEP.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0705</b>     | Base de Operações. Ordens de batalha, arquivo, divisões, ordens: de movimento, de execução permanente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |



|                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0704</b>   | Correspondência recebida, confidencial recebida e saída.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0702</b>   | Forças para a 1ª linha, Reforços, Serviço de categorias.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0699</b>   | Mapas da Força, Hospital de Hendaya, Das brigadas de Infantaria, Quartel-General do CEP, Diversas armas de Infantaria, Comando de Infantaria, Depósito de Infantaria, Depósito Misto, Grupos de Metralhadoras, Trabalhadores do Corpo, Depósito da Base Portuguesa, Trem de Engenharia automóvel, Parque automóvel, Grupo automóvel, Trem Divisionário nº 1 e 2. |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0698</b>   | Comandos Militares, Calais, Boulogne, Ambleteuse.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0701</b>   | Missões de Instrução, Quadro de Instrução, Observadores.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>PT/AHM/FP/25/7/321/01</b>  | Fundo Pessoal General Vitorino José César - Apontamentos sobre a 1ª Guerra Mundial e CEP. "Comment finit la guerre 1918" I- A ofensiva alemã... (pág. 31-58), 14 fls. Frente e verso manuscritas.                                                                                                                                                                |
|                               | A Tática nas grandes batalhas de 1918, 1 doc, 1 fls, frente e verso manuscrito.                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>PT/AHM/FP/25/7/322/02</b>  | A Batalha da Flandres em abril-maio de 1918 (pág. 1-4).                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>PT/AHM/FP/25/7/322/09</b>  | Fundo Pessoal General Vitorino José César - Notas sobre operações da força portuguesa na Flandres e em África (Bloco "A5", 115 pág. manuscritas) - copiar "A Batalha do 9 de abril".                                                                                                                                                                             |
| <b>PT/AHM/FP/25/7/323/10</b>  | Fundo do General Vitoriano José Cesar, 1917.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>PT/AHM/FP/25/7/323/12</b>  | Fundo do General Vitoriano José Cesar, 1917, Caderno apontamentos para preparação de uma Divisão para Ofensiva.                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>PT/AHM/FP/25/7/323/13</b>  | Fundo do General Vitoriano José Cesar, 1918, Relatório do Combate de 09Abr1918.                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>PT/AHM/FP/25/7/323/15</b>  | Relatório dos dias 9 a 12 e 19abr1918 Cap Médico.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/0108</b>   | Operações - Relatórios: do Serviço Aéreo; da atividade inimiga; semanais sucintos das operações; sobre operações; 9 de abril - correspondência; conferências - comandos ingleses e portugueses. Notas Reunião do Gen Horne com o Gen Tamagnini, 2abr1918.                                                                                                        |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/106/09</b> | Ordens da Repartição de Operações: Nº24, 25 e 26.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/106/01</b> | Ordens do 1ºExe Nº197 e 198 de 5abr1918 e Nº202 de 8abr1918.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/119</b>    | Diagrama A3 com alcances armamento alemão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |



|                                |                                                                  |
|--------------------------------|------------------------------------------------------------------|
|                                | Programme of Instruction for assault troops.                     |
|                                | German artillery tactics in offensive battle.                    |
|                                | German methods in the attack...                                  |
|                                | Conjunto documentos: Divisional order for the attack...          |
|                                | Plano alemão de evacuação do saliente de St MIHIEL.              |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/122/95</b>  | Pasta 951 - Instruções para o caso de retirada da frente do CEP. |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/113/121</b> | Plano de Defesa do Corpo Português.                              |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/1294</b>    | Relatório sobre o CEP de 21FEV1917 a 24Ago1918 do Gen Tamagnini. |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/1178/5</b>  | Transformação do CEP num Corpo de Exército.                      |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/115/232</b> | Situação das Forças do CEP em 09Abr1918.                         |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/111/840</b> | Diário da Campanha 7 a 10Abr1918.                                |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/111/233</b> | Mapa com situação das unidades na manhã do dia 8abr1918.         |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/110/78</b>  | First Army Dispositions april 7th 1918.                          |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/104</b>     | Mapas Semanais de abril de 1918.                                 |
| <b>PT/AHM/DIV/1/35/105</b>     | Ordens de Batalha do CEP.                                        |

**Fonte:** Autor



## Apêndice B — Dados do QG do CEP

Tabela 3 – Quartel-General do Corpo Expedicionário Português

|                                                      | Pessoal                 |        | Solípedes |         | Viaturas   |            |       |              |            |
|------------------------------------------------------|-------------------------|--------|-----------|---------|------------|------------|-------|--------------|------------|
|                                                      | Oficiais e funcionários | Praças | De sela   | De tiro | De 2 rodas | De 4 rodas | Autos | Motocicletas | Bicicletas |
| Comando e Estado-Maior                               | 42                      | 41     | 59        | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Formação do QG                                       | 10                      | 467    | 80        | 90      | 2          | 22         | 27    | 16           | 20         |
| Serviço Telegráfico                                  | 3                       | 3      | 4         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Engenharia                                | 7                       | 6      | 7         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Artilharia                                | 13                      | 14     | 23        | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Saúde                                     | 5                       | 3      | 4         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço Veterinário                                  | 2                       | 2      | 3         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviços Administrativos                             | 16                      | 15     | 16        | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Transportes Automóveis                    | 7                       | 3      | -         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Pagadoria                                            | 8                       | -      | -         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço Postal                                       | 5                       | -      | -         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Justiça                                   | 4                       | 1      | -         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Polícia                                   | 4                       | 47     | 28        | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Reclamações                               | 4                       | -      | -         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Expedição de Bagagens e Registo de Perdas | 1                       | -      | -         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Salvados                                  | 1                       | 1      | -         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Aboletamentos                             | 2                       | -      | -         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Serviço de Agricultura                               | 2                       | -      | -         | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| TOTAL                                                | 136                     | 603    | 231       | 90      | 2          | 22         | 27    | 16           | 20         |
|                                                      | 739                     |        | 321       |         | 51         |            |       | 16           | 20         |

Fonte: Autor, adaptado de (Corpo Expedicionário Português, 1919a, p.22)

Tabela 4 - Comando e Estado-Maior do Quartel-General do Corpo Expedicionário Português

|                                              | Pessoal                 |        | Animal  |         | Viaturas   |            |       |              |            |
|----------------------------------------------|-------------------------|--------|---------|---------|------------|------------|-------|--------------|------------|
|                                              | Oficiais e funcionários | Praças | De sela | De tiro | De 2 rodas | De 4 rodas | Autos | Motocicletas | Bicicletas |
| Comandante (General)                         | 1                       | 2      | 3       | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Ajudantes de campo                           | 2                       | 2      | 4       | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Chefe do Estado-Maior                        | 1                       | 1      | 2       | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Sub-chefe do Estado-Maior                    | 1                       | 1      | 2       | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Chefe da Repartição de Operações             | 1                       | 1      | 2       | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Adjuntos do Chefe da Repartição de Operações | 4                       | 4      | 7       | -       | -          | -          | -     | -            | -          |
| Chefe da Repartição de Informações           | 1                       | 1      | 2       | -       | -          | -          | -     | -            | -          |



|                                                       |           |           |           |          |          |          |          |          |          |
|-------------------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| <b>Adjuntos do Chefe da Repartição de Informações</b> | 12        | 10        | 12        | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Repartição de Instrução e Organização</b>          | 1         | 1         | 2         | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Adjuntos Repartição de Instrução e Organização</b> | 6         | 6         | 8         | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Chefe da Repartição de Serviços</b>                | 1         | 1         | 2         | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Adjuntos do Chefe da Repartição de Serviços</b>    | 3         | 3         | 3         | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Repartição de Expediente e Justiça</b>             | 1         | 1         | 1         | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Adjuntos Repartição de Expediente e Justiça</b>    | 7         | 7         | 9         | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| <b>TOTAL</b>                                          | <b>42</b> | <b>41</b> | <b>59</b> | <b>-</b> | <b>-</b> | <b>-</b> | <b>-</b> | <b>-</b> | <b>-</b> |

**Fonte:** Autor, adaptado de (Corpo Expedicionário Português, 1919a, pp.10–11)

**Tabela 5 – Chefes de Repartição do Quartel-General do Corpo Expedicionário Português**

| <b>Mês/Ano</b>                | <b>Comandante</b>                           | <b>Chefe EM</b>     | <b>Chefe RO</b>                             | <b>Chefe RI</b>                  |
|-------------------------------|---------------------------------------------|---------------------|---------------------------------------------|----------------------------------|
| <b>1 de outubro de 1917</b>   | Gen Tamagnini                               | TCor Batista        | Cap Mascarenhas                             | Cap Godinho                      |
| <b>1 de novembro de 1917</b>  |                                             | TCor Batista        | Cap Mascarenhas                             | Maj Godinho                      |
| <b>1 de dezembro de 1917</b>  |                                             | Cor Batista         | Maj Mascarenhas                             | Cap Coutinho                     |
| <b>1 de janeiro de 1918</b>   |                                             | Cor Batista         | Cap Coutinho (int.)                         | Maj Godinho                      |
| <b>1 de fevereiro de 1918</b> | Gen Sines Machado (int.)                    | TCor Martins (int.) | Maj Mascarenhas                             | Maj Godinho                      |
| <b>1 de março de 1918</b>     | Gen Tamagnini                               | TCor Martins (int.) | Maj A. Coutinho (int.)                      | Cap Miranda (int.)               |
| <b>1 de abril de 1918</b>     |                                             | Cor Sinel de Cordes | Maj A. Coutinho (int.)                      | Cap Miranda (int.)               |
| <b>1 de maio de 1918</b>      |                                             | Cor Sinel de Cordes | Maj A. Coutinho (efetivo)                   | Maj Godinho                      |
| <b>1 de junho de 1918</b>     |                                             | Cor Sinel de Cordes | Maj Coutinho<br>Cap Melo Nobre (int.)       | Cap Miranda                      |
| <b>1 de julho de 1918</b>     |                                             | Cor Sinel de Cordes | Maj Coutinho                                | Cap Miranda                      |
| <b>1 de agosto de 1918</b>    |                                             | Cor Sinel de Cordes | Maj Coutinho<br>Cap Mello Nobre (int.)      | Cap Miranda                      |
| <b>1 de setembro de 1918</b>  | Gen Garcia Rosado                           | Cor Sinel de Cordes | Maj Coutinho                                | Provisoriamente dependente da RO |
| <b>1 de outubro de 1918</b>   |                                             | Cor Sinel de Cordes | Maj Coutinho (licença)<br>Cap Passos (int.) | Provisoriamente dependente da RO |
| <b>1 de novembro de 1918</b>  |                                             | Cor Sinel de Cordes | Maj Coutinho (licença)<br>Cap Passos (int.) | Provisoriamente dependente da RO |
| <b>1 de dezembro de 1918</b>  |                                             | Cor Sinel de Cordes | Cap Passos (int.)                           | Maj Ramos                        |
| <b>1 de janeiro de 1919</b>   | Gen Garcia Rosado<br>Gen Grad Alves Roçadas | Cor Sinel de Cordes | Cap Passos (int.)                           | Maj Ramos                        |

**Fonte:** Autor, adaptado de (CEP, 1917; CEP, 1918g; CEP, 1919a)



**Tabela 6 - Composição do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português**

| Data da Ordem de Batalha | RO | RI | RInstr | RS | REJ |
|--------------------------|----|----|--------|----|-----|
| 1 de outubro de 1917     | X  | X  | X      | X  | RE  |
| 1 de novembro de 1917    |    |    |        |    |     |
| 1 de dezembro de 1917    |    |    |        |    |     |
| 1 de janeiro de 1918     | X  | X  | X      | X  | X   |
| 1 de fevereiro de 1918   |    |    |        |    |     |
| 1 de março de 1918       |    |    |        |    |     |
| 1 de abril de 1918       |    |    |        |    |     |
| 1 de maio de 1918        |    |    |        |    |     |
| 1 de junho de 1918       |    |    |        |    |     |
| 1 de julho de 1918       |    |    |        |    |     |
| 1 de agosto de 1918      |    |    |        |    |     |
| 1 de setembro de 1918    |    |    |        |    |     |
| 1 de outubro de 1918     |    |    |        |    |     |
| 1 de novembro de 1918    |    |    |        |    |     |
| 1 de dezembro de 1918    |    |    |        |    |     |
| 1 de janeiro de 1919     |    |    |        |    |     |

**Legenda:** RO-Repartição Operações; RI-Repartição de Informações; RInstr-Repartição de Instrução e Organização; RS-Repartição dos Serviços; RE-Repartição do Expediente; REJ-Repartição do Expediente e Justiça.

**Fonte:** Autor, adaptado de (CEP, 1917)



## Apêndice C — Simbologia tática

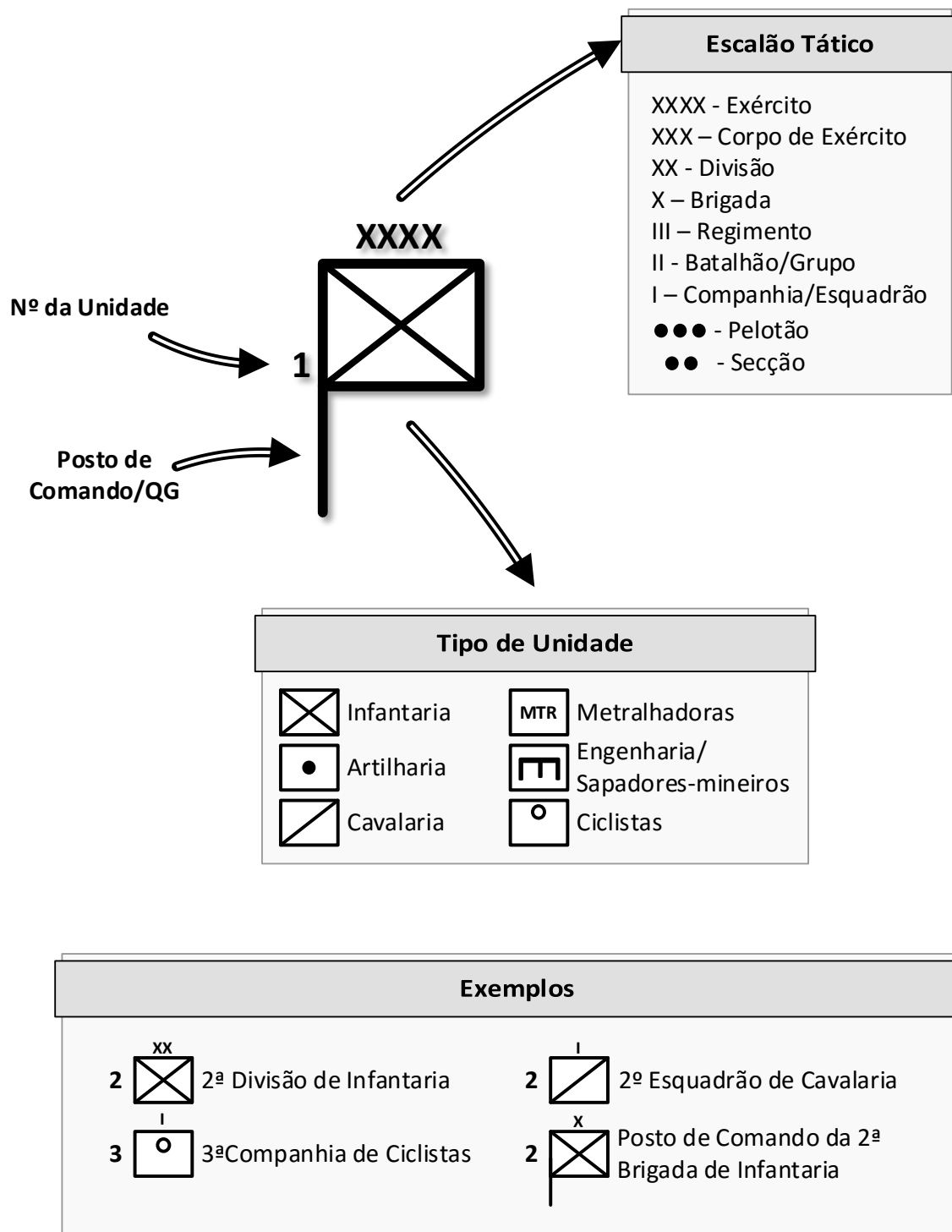


Figura 16 - Construção de símbolos táticos

Fonte: Autor